

Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo

DIAGNÓSTICO SELECTIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Volume 2: Relatório de Leitura dos Documentos de Referência Estratégica



Elaborado para a
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Por
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
e
CIVITAS 21 – Comunidades Sustentáveis
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
Abril de 2010

FICHA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO



Tel. 266 898 100

<http://www.cm-montemornovo.pt>

E-mail: cmmontemor@cmmontemornovo.pt

Equipa Técnica da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo coordenada pela Dr.^a Vanda Teixeira

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL



Tel. 266 749 420

<http://www.cimac.pt>

E-mail: cimac@mail.telepac.pt

Arq. André Espenica

Dr.^a Ana Isa Coelho

Dr.^a Margarida Almeida

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE



Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)

Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Tel. 212 949 691

<http://www.civitas21.pt>

E-mail: civitas21@fct.unl.pt

Prof. Doutor João Farinha

Eng.^a Carmen Quaresma

Dr.^a Maria José Sousa

Dr.^a Sónia Silva

Projecto Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O **Diagnóstico Selectivo do Desenvolvimento Sustentável** realizado no âmbito da Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo é constituído pelos seguintes 4 Volumes:

Volume 1: Relatório Síntese do Diagnóstico

Volume 2: Relatório de Leitura dos Documentos de Referência Estratégica

Volume 3: Relatórios Específicos para cada Freguesia do Concelho

- Diagnostico Sintético da Freguesia de Cabrela
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Ciborro
- Diagnóstico Sintético da Freguesia de Cortiçadas de Lavre
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Foros de Vale de Figueira
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Lavre
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Nossa Senhora da Vila
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Nossa Senhora do Bispo
- Diagnostico Sintético da Freguesia de S. Cristóvão
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Santiago do Escoural
- Diagnostico Sintético da Freguesia de Silveiras

Volume 4: Relatório do 1º Fórum de Participação Pública

Por razões de operacionalidade e pela dimensão de cada relatório optou-se por efectuar volumes separados, podendo assim mais facilmente serem divulgados, distribuídos e consultados.

ÍNDICE

1. CONTEXTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO DOSSIER DE LEITURA ESTRATÉGICO	6
2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009 - 2013.....	7
3. REGISTO EM FICHAS DE LEITURA	9
FICHA N.º 1 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	9
FICHA N.º 2 - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território.....	12
FICHA N.º 3 - Quadro de Referência Estratégico Nacional	16
FICHA N.º 4 - Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER	18
FICHA N.º 5 - Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural	21
FICHA N.º 6 - Plano Estratégico Nacional do Turismo	24
FICHA N.º 7 - Plano Sectorial da Rede Natura	27
FICHA N.º 8 - Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	30
FICHA N.º 9 - Plano Estratégico de Transportes 2008-2020.....	32
FICHA N.º 10 - Portugal Logístico - Rede de Plataformas Logísticas.....	34
FICHA N.º 11 - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde.....	36
FICHA N.º 12 - Estratégia Nacional para os efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais	38
FICHA N.º 13 - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos	40
FICHA N.º 14 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.....	42
FICHA N.º 15 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	45
FICHA N.º 16 - Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central.....	50
FICHA N.º 17 - Programa Operacional Regional do Alentejo	54
FICHA N.º 18 - Programa Regional de Inovação do Alentejo.....	57
FICHA N.º 19 - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central.....	60
FICHA N.º 20 - Corredor Azul - Rede Urbana para a Inovação e Competitividade	66
FICHA N.º 21 - Programa Eleitoral do Partido Mais Votado.....	68
FICHA N.º 22 - Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017	73
FICHA N.º 23- Plano Director Municipal de Montemor-o-Novo	78
FICHA N.º 24 - Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo.....	80
FICHA N.º 25 - Plano de Intervenção em Espaço Rural para o Sítio Monfurado	83
FICHA N.º 26- Plano de Ordenamento da Albufeira Pego do Altar.....	89

FICHA N.º 27 – Rede Social de Montemor-o-Novo (Diagnóstico Social).....	91
FICHA N.º 28 – Plano de Desenvolvimento Social de Montemor-o-Novo 2007 – 2009	93
FICHA N.º 29– Mor Solidário (Programa Integrado de Apoio Social)	95
FICHA N.º 30 – Carta Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo.....	98
FICHA N.º 31 - Plano Municipal da Defesa da Floresta contra incêndios (Revisão - 2009)	100
FICHA N.º 32 - Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado	103
FICHA N.º 33 - Projecto Integrado para Gestão de Suiniculturas	107
FICHA N.º 34 –Reciclagem de Entulho no Âmbito da Gestão Integrada de Resíduos	109
FICHA N.º 35 – Montemor Pedra a Pedra – Programa de Acção Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo	111
4. ESQUEMA CONCEPTUAL ESTRATÉGICO.....	114

1. CONTEXTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO DOSSIER DE LEITURA ESTRATÉGICO

A Agenda 21 Local (A21L) é um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável a nível local. Trata-se de um plano estratégico e operativo de âmbito municipal e de carácter fortemente participado, que visa delinear estratégias e projectos prioritários para o desenvolvimento sustentável do concelho.

A fase inicial do processo da A21L é constituída pelo diagnóstico da situação existente. A A21L tem vida própria devendo, no entanto, a sua estratégia estar na linha de orientação dos restantes planos ou programas de incidência nacional, regional e local. O presente documento insere-se no Diagnóstico Selectivo do Desenvolvimento Sustentável e tem como objectivo principal efectuar o levantamento e o registo em fichas de leitura de estudos, programas, planos, projectos ou outros documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável de Montemor-o-Novo.

Trata-se de uma etapa importante não só para que a equipa técnica da A21L tome conhecimento do conteúdo destes documentos já existentes (ou que estão em adiantada fase de elaboração) e assim possa devidamente considerá-los e fazer uma boa articulação com esse corpo de conhecimentos preexistentes. Mas, também para que essa informação seja devidamente sistematizada e mais acessível a outros actores locais também envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável do seu concelho. Esta informação é indispensável para um processo de participação informado e robusto.

Pela natureza do seu âmbito, este trabalho de sistematização de informação nunca está totalmente terminado. É sempre possível completar com outros documentos, nomeadamente com os existentes em outras entidades da administração pública ou em outros actores da sociedade civil, os quais são por vezes mais difíceis de detectar.

A metodologia para a realização do trabalho optou por centrar a atenção prioritariamente nos documentos mais actuais e existentes no interior da própria autarquia. Uma vez o documento detectado, foi consultado pela equipa técnica da A21L e foi preenchida uma ficha de registo de leitura para cada um deles, que aqui se reproduz.

Por último, foi elaborado um Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica sistematizando a paisagem de propostas estratégicas e de abordagens preexistentes.

Apresentam-se, em seguida, os documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável do concelho de Montemor-o-Novo, estruturados segundo 3 níveis: nacional, regional e local.

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010

As Grandes Opções do Plano (GOPs) contêm as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, os projectos e as principais acções que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo pretende concretizar em 2010. Trata-se de um grande compromisso para um trabalho conjunto em prol da comunidade.

As GOPs para 2010 integram:

- O Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- O Plano de Actividades (PA) não sendo obrigatório legalmente, é um instrumento fundamental de planeamento, esclarecimento e transparência das Grandes Opções não incluídas no PPI.

As Grandes Opções do Plano (GOPs) para 2010, decorrentes das Opções Programáticas para o Mandato 2009/2013, são as seguintes:

PROMOVER A DEMOCRACIA PARTICIPADA

Montemor-o-Novo tem um enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva. Pretende-se potenciar a experiência criativa e de participação e procurar novas e/ou adequadas formas de participação na vida comunitária com base nos valores da justiça social e do humanismo.



INOVAR MONTEMOR

Montemor tem que potenciar o conhecimento, tem que potenciar as qualidades de que dispõe. Numa expressão, Montemor tem que reforçar a aposta na inovação, na diferença e na qualidade.



FOMENTAR A ECONOMIA E O EMPREGO

Fomentar a economia e o emprego constituem uma prioridade estratégica. Obviamente, outras Opções Programáticas têm incidência no desenvolvimento económico e no emprego. Ao individualizar esta Opção pretende-se enfatizar a sua importância.



QUALIFICAR O TERRITÓRIO

Esta opção programática concretiza-se através das seguintes acções: Gestão urbanística; Planeamento; Apoio à recuperação e construção de habitação; Qualificação; Rede viária; Património edificado; Apoio a iniciativas de particulares; Gestão dos solos; Energia.



PRESERVAR E VALORIZAR O AMBIENTE

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a manutenção da presença humana na paisagem e as boas práticas agro-pecuárias é uma das maiores potencialidades do concelho e das principais prioridades da autarquia.



PROMOVER A CULTURA, O DESPORTO E O ASSOCIATIVISMO

Pretende-se continuar o prosseguimento de políticas, programas e acções de promoção e dinamização destas áreas fulcrais, no apoio às associações locais, na procura de parcerias, no acolhimento de iniciativas que tragam alguma mais-valia ao concelho e à população.



APOIAR A JUVENTUDE

A subjectividade do conceito juventude abre um leque imenso de vectores de intervenção aos quais a comunidade tem de responder, não ignorando que os jovens fazem parte da comunidade e são o seu futuro.



QUALIFICAR O ENSINO, PROMOVER A EDUCAÇÃO

Defender e promover o ensino e a educação públicas como factores determinantes de democratização e de desenvolvimento é uma prioridade programática.



PROMOVER A JUSTIÇA SOCIAL E A SAÚDE PÚBLICA

Promover a justiça social, apoiar os mais carenciados, exigir cuidados de saúde pública acessíveis a todos, contribuir para elevar as condições sociais é prioridade programática.



ASSEGURAR PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

Contribuir para assegurar adequados níveis de Segurança e de Protecção Civil no concelho é prioridade.

3. REGISTO EM FICHAS DE LEITURA

FICHA N.º1 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Entidade que o elaborou: Agência Portuguesa do Ambiente

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: Agência Portuguesa do Ambiente

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) foi concebida como uma arquitectura de integração e projecção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Reformas (PNACE), do Plano Tecnológico (PT), do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

A ENDS constitui o quadro que orienta o esforço de aproximação de Portugal aos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia, assegurando o equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento e, contemplando uma estreita articulação com o Quadro de Referência Estratégica Nacional, o qual constitui o suporte de programação de iniciativas co-financiadas por fundos comunitários.

A ENDS está organizada em duas Partes. **A Parte I** é composta pela Introdução e por dois Capítulos. O primeiro Capítulo caracteriza a situação de partida em termos qualitativos (análise SWOT) e quantitativos (indicadores de referência).

No segundo Capítulo são desenvolvidos os objectivos traduzindo-os em prioridades estratégicas, vectores estratégicos e metas a atingir. Na **Parte II** é apresentado o Plano de Implementação da ENDS para Portugal Continental, baseado na articulação dos instrumentos existentes e contidos em planos de acção global ou sectorial em vigor, sendo também enunciadas as especificidades da aplicação da ENDS nas Regiões Autónomas.



VISÃO ESTRATÉGICA

Com as metas transversais para 2015 incluídas na ENDS pretende-se colocar Portugal num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia, melhorar a posição do País no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e reduzir o défice ecológico em Portugal.

OBJECTIVOS

A ENDS encontra-se estruturada em torno dos sete seguintes objectivos estratégicos, os quais se encontram desdobrados em prioridades e vectores:

i) Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»;

ii) Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;

iii) Melhor Ambiente e Valorização do Património;

iv) Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;

v) Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;

vi) Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;

vii) Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Um novo impulso à inovação empresarial;
- Uma economia competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego;
- Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas;
- Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem;
- Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação;
- Educação, informação e justiça ambientais;
- Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social;

**QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE
MONTEMOR-O-NOVO**

- Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde;
- Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social;
- Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas;
- Melhor conectividade internacional do país;
- Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico;
- Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis.

FICHA N.º 2 - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PNPOT está organizado em 3 capítulos.

No **capítulo 1** – Orientações Gerais – são retomadas, de forma direccionada para a acção, a visão, as opções estratégicas e o modelo territorial apresentados no capítulo 4 do Relatório – Portugal 2025: Estratégia e Modelo Territorial, o qual surge na sequência de três capítulos anteriores, respectivamente, de enquadramento do país no contexto ibérico, europeu, atlântico e mundial (capítulo 1), de caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal (capítulo 2) e de diagnóstico estratégico das várias regiões (capítulo 3).

No **capítulo 2** – Programa das Políticas – apresenta-se e fundamenta-se o conjunto articulado de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que especificam, respectivamente, o rumo traçado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) para o Portugal 2025, as principais linhas de intervenção a desenvolver com essa finalidade e, ainda, as acções prioritárias que permitirão concretizar o rumo e as linhas de intervenção propostas.

Este capítulo contém, assim, um quadro integrado de compromissos do conjunto das políticas com incidência territorial na prossecução da estratégia e dos objectivos do PNPOT, cuja estrutura e tradução em termos de responsabilidades de acção governativa são analisadas na sua parte final.

O **capítulo 3** – Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial – especifica o modo como os diversos instrumentos de gestão territorial deverão contribuir para concretizar a estratégia e o programa de acção estabelecidos no PNPOT, começando por enquadrar globalmente a sua relação

**TERRITÓRIO
PORTUGAL**

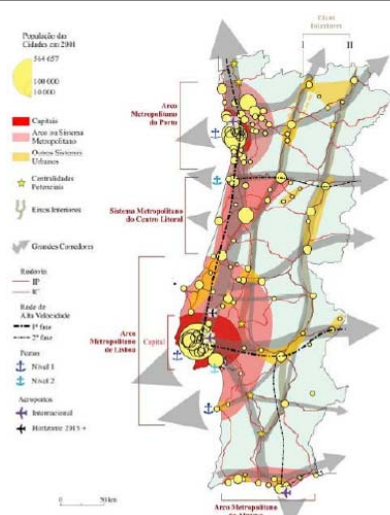
BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

com os outros Instrumentos de Gestão Territorial e apresentando, depois, orientações específicas para cada um dos respectivos tipos.

VISÃO ESTRATÉGICA

UM ESPAÇO SUSTENTÁVEL E BEM ORDENADO:

- Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola;
- Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Articular os sistemas de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infra-estruturas;
- Estruturar núcleos que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral.



UMA ECONOMIA ABERTA, INTEGRADA E COMPETITIVA

- Reforçar a integração do território nacional através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano;
- Valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana, da aglomeração urbano-industrial do Noroeste, do polígono Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e das regiões turísticas de valia internacional do Algarve, da Madeira e outros pólos emergentes para afirmação de Portugal;
- Desenvolver redes de conectividade internacional que conjuguem as necessidades de integração ibérica europeia com a valorização da vertente atlântica e a conservação de novas centralidades urbanas;
- Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos de competitividade regional, em particular no interior.

UM TERRITÓRIO EQUITATIVO EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR

- Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País e estruturando os sistemas de acessibilidades e mobilidades em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que, numa perspectiva de complementaridade e especialização, permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às actividades económicas;

Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços colectivos e boas condições de mobilidade e comunicação.

OBJECTIVOS

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu, atlântico e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territorial;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- A construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, o desenvolvimento da rede ferroviária de alta velocidade e a criação de um corredor multimodal para mercadorias que ligue o sistema portuário Lisboa/Setúbal/Sines a Espanha e ao centro da Europa.
- O potencial estruturante do eixo Lisboa - Badajoz, conjugando a qualificação das funções terciárias de Évora com alguma capacidade de atracção industrial e logística, que se evidencia já no crescimento populacional verificado nos concelhos de Évora, Estremoz e Vendas Novas entre 1991-2001.
- Valorização de produções tradicionais, como o vinho e o azeite, potencialidades no domínio da fruticultura e da horticultura, risco de abandono de algumas produções e procura de novas áreas para empreendimentos turísticos de grande dimensão.
- Consolidação do eixo Vendas-Novas-Évora-Estremoz-Elvas tirando partido da sua acessibilidade internacional.
- Promoção do eixo Vendas Novas – Montemor – Évora como um espaço dinâmico de desconcentração industrial e logística da AML.
- Incentivo e acompanhamento do desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo.

- Integrar os princípios e orientações da Agenda 21 Local, nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional.
- No caso da cortiça, o Plano Regional de Ordenamento do Território define que o Alentejo se afirma "como a região líder nacional (e mundial), pelo que, considerando a posição da produção nacional no mercado mundial, será inequívoca a importância económica e social da cortiça enquanto cadeia de valor estratégica para a região. Neste sentido é importante promover a integração de um pólo regional de competitividade, nomeadamente na fileira do montado e da cortiça.

FICHA N.º 3 - Quadro de Referência Estratégico Nacional

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☒ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. O QREN subdivide-se nos seguintes programas: Programas Operacionais e Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território:

- Agenda Operacional para o Potencial Humano
- Agenda Operacional para os Factores de Competitividade
- Agenda Operacional para a Valorização do Território



A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

- Programas Operacionais Regionais do Continente - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve;
- Programas Operacionais das Regiões Autónomas - dos Açores e da Madeira;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional.

VISÃO ESTRATÉGICA

A qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

OBJECTIVOS

Consolidar uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, assegurada pela concretização de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Programa Operacional Regional do Alentejo

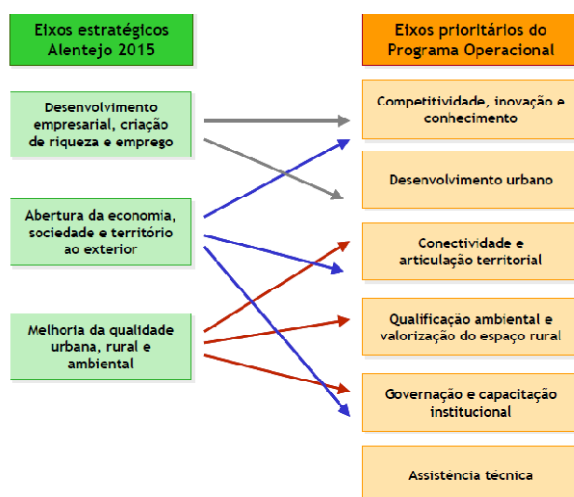
EIXO 1 – Competitividade, inovação e conhecimento - consubstancia a aposta central da região no reforço da competitividade da economia do Alentejo, na óptica da linha de desenvolvimento estratégico "Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego".

EIXO 2 – Desenvolvimento urbano - Este eixo prioritário integra três áreas de intervenção, a seguir descritas: parcerias para a regeneração urbana, redes urbanas para a competitividade e inovação e mobilidade urbana.

EIXO 3 - Conectividade e articulação territorial - Associado à economia, sociedade e território e à melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental.

EIXO 4 – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural - O eixo "Qualificação ambiental e valorização do espaço rural" está intimamente ligado às questões do ambiente e desenvolvimento sustentável, assim como à temática do mundo rural, sendo ambas indissociáveis e transversais.

EIXO 5 - Governação e capacitação institucional - melhoria substantiva do desempenho da Administração Pública – nos níveis regional e local – na sua relação com os cidadãos e as empresas.



FICHA N.º 4 - Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia. É Co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural aproximadamente em 3,5 mil milhões de euros, envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.



A filosofia do Plano Estratégico Nacional e do Programa de Desenvolvimento Rural contempla de forma extensiva a valorização da vertente do desenvolvimento rural e a perspectiva da competitividade das produções do Complexo Agro-Florestal.

Está estruturalmente orientado para o incentivo à competitividade das explorações agrícolas e agro-industriais, nomeadamente nas fileiras produtivas estratégicas (vinho, horto-frutícolas, floresta, olival e carnes) e para a manutenção de níveis de actividade em zonas desfavorecidas, uma componente vocacionalmente ambiental.

As actuações que se pretendem levar a cabo no PRODER encontram-se agrupadas por subprogramas e estes por medidas:

Subprograma 1 – Promoção da Competitividade

- Reestruturar e desenvolver o potencial físico e humano;
- Promover a inovação;
- Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural

- Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras;
- Proteger os recursos hídricos e o solo;
- Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;
- Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.

Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais

- Diversificar a economia rural;
- Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;
- Desenvolver competências nas zonas rurais.

Subprograma 4 – Promoção do Desenvolvimento e Desenvolvimento de competências

- Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;
- Promover a inovação.

Fazem parte deste processo os Gabinetes de Acção Local - GAL, que desempenham as funções de elaboração e implementação da estratégia de desenvolvimento local, onde se insere a animação do território e o acompanhamento dos projectos, e ainda a função de gestão, enquanto órgão intermédio de gestão.

OBJECTIVOS

Os objectivos operacionais associados aos eixos do PRODER são os seguintes:

Eixo 1:

- Melhoria da competitividade das fileiras nos sectores do vinho, horto-frutícolas, azeite e floresta;
- Melhoria da competitividade das empresas dos sectores agrícola e florestal;
- Incentivo à instalação de jovens agricultores;
- Valorização dos produtos de qualidade agrícolas e florestais;
- Incentivo ao desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias;
- Melhoria da formação profissional e desenvolvimento de serviços capacitando os activos para o desempenho das suas actividades;
- Aumento da área regada e eficácia no uso da água.

Eixo 2:

- Preservação da actividade agrícola e florestal nas zonas desfavorecidas;
- Incentivo à opção por modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícola florestal;

OBJECTIVOS

- Protecção da diversidade genética e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, associados aos sistemas de produção agrícola e florestal;
- Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais;
- Promoção de eco-eficiência e redução da Poluição.

Eixo 3:

- Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais;
- Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural.

Eixo 4:

- Promover o desenvolvimento local das zonas rurais, através da abordagem LEADER, sustentada por parcerias público-privadas.

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

VISÃO ESTRATÉGICA

A visão estratégica do PRODER enquadra-se nos objectivos nacionais constantes no Plano Estratégico Nacional e está coerente com o FEADER: aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, revitalizar económica e socialmente as zonas rurais e melhorar a governação nas zonas rurais. A fim de alcançar estes objectivos aposta-se numa política de desenvolvimento que vise:

- A diversificação do tecido económico local, através da incorporação de novas procuras e de actividades emergentes que concorram para a criação de emprego;
- A recuperação e conservação do território como factor de identidade e atractividade;
- O aumento da acessibilidade da população a serviços essenciais à comunidade;
- O reforço da governança e das parcerias locais, através do aprofundamento das sinergias de intervenção dos diferentes agentes no território, de modo a obter ganhos para a região.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

No concelho de Montemor-o-Novo o PRODER é gerido pelo Gabinete de Apoio Local – GAL da Associação Monte, que tem como finalidade implementar uma estratégia local de desenvolvimento e que tem como objectivo global a revitalização económica e social do Alentejo Central.

FICHA N.º 5 - Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

Entidade que o elaborou: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data: Revisão de Novembro de 2009

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O mundo rural português evoluiu de forma assimétrica, com melhorias sensíveis em termos do bem-estar social, nomeadamente equipamentos sociais, mas com perda de vitalidade demográfica e económica e de forma desequilibrada. Em virtude das grandes alterações de contexto e das profundas transformações das actividades agro-florestais e dos espaços rurais, verificaram-se importantes progressos a nível económico, ambiental e social, mas subsistem ainda relevantes insuficiências e dificuldades quer no domínio da competitividade empresarial quer da sustentabilidade e coesão dos territórios.

A evolução dos sectores agrícola e florestal e das indústrias a eles associadas foi influenciada de modo determinante, e em geral positivo, pela adesão de Portugal à União Europeia. Apesar dos notórios progressos em termos tecnológicos e de aumento da produtividade do trabalho e do bem-estar dos agentes ligados a esses sectores, o aumento da riqueza por eles gerada produtivamente ficou aquém do programado. Além disso, face ao grande aumento da procura interna de bens agro-alimentares e perante a estagnação dos níveis de produção em termos reais, verificou-se um sensível agravamento do *déficit* da balança alimentar.

O contributo das actividades agro-florestais é importante para o desenvolvimento e sustentabilidade de muitos territórios, seja em termos de produção, emprego e rendimento, seja para preservar o ambiente, designadamente os recursos naturais, a paisagem e a biodiversidade.



OBJECTIVOS

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;
- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

VISÃO ESTRATÉGICA

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal nacional e promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais no território português.

Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais através da revitalização económica e social de uma forma participada e eficiente com os agentes locais e populações.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Para atingir o objectivo de **aumentar a competitividade** dos sectores agrícola e florestal, devem ser seguidas as seguintes linhas de orientação:

- Actuação numa óptica de fileira e em rede – cooperação e interligação entre os diferentes agentes, nomeadamente produtores e indústria, ao nível das culturas horto-frutícolas, contando com uma gestão que potencie o aproveitamento de regadio instalado e a instalar, a fileira do montado e da cortiça, potenciada pelos apoios comunitários, pela tendência de deslocalização das unidades de transformação de Norte para Sul, e pela apetência crescente pelas carnes frescas e produtos de charcutaria de Porco de Raça Alentejana;
- Orientação para a produção em mercado aberto e global;
- Cooperação para a colocação dos produtos no mercado;
- Formação e inovação orientadas para o mercado e promoção de parcerias;
- Serviços de apoio às empresas;
- Melhoria da eco-eficiência e redução da poluição;
- Incentivo ao uso eficiente da água.

No que toca a **Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais**, deve ter-se em consideração os seguintes aspectos:

- Sustentação das explorações nos territórios mais desfavorecidos;
- Sustentação de valores naturais e paisagísticos;
- Actuação numa óptica de ordenamento do território;
- Intervenção na floresta com dimensão e sustentabilidade;
- Valorização dos produtos do ambiente que possam ser transaccionáveis;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Orientação dos agentes produtores para a gestão sustentável dos recursos naturais;
- Estímulo a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais;
- Correção de problemas de natureza ambiental.

A **Revitalização económica e social das zonas rurais** deve ter em conta:

- Dinamização do mercado de produtos locais;
- Utilização inovadora do património rural e natural;
- Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal;
- Concentração em iniciativas locais de dimensão adequada;
- Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais;
- Integração e complementaridade com outras intervenções territoriais;
- Potenciar o aproveitamento de regadio instalado e a instalar.

FICHA N.º6 - Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

Entidade que o elaborou: Ministério da Economia e da Inovação

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

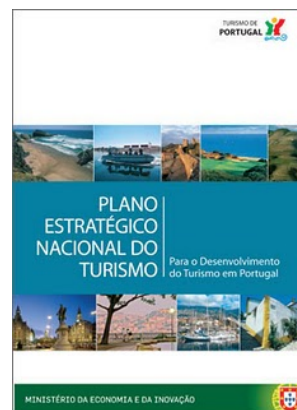
Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O aumento dos centros turísticos implica a presença de um número acrescido de pessoas durante determinadas épocas do ano, em particular durante os meses de Verão, e tem gerado diversos impactes ambientais negativos, traduzidos em modificações da paisagem, impactes ecológicos cumulativos, elevado consumo energético e de outros recursos.

O anterior Plano Nacional de Turismo datado do início da década de 80 não fazia qualquer integração entre a vertente ambiental e de desenvolvimento sustentável e os planos/directrizes para o sector do turismo.

O PENT sintetiza as conclusões do diagnóstico, objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializadas em 5 eixos, através de 11 projectos. A implementação desses projectos requer a participação de várias entidades que influenciam directa ou indirectamente a qualidade do destino Portugal e dos seus produtos turísticos, estando a concretização dos objectivos dependente não só do Turismo de Portugal, mas também do envolvimento efectivo destas entidades.



OBJECTIVOS:

O PENT visa, no horizonte de 2015, assegurar um aumento da contribuição do Turismo para o PIB nacional, incrementar o emprego qualificado e acelerar o crescimento do turismo interno.

O sector do turismo deverá crescer de forma sustentada acima da média europeia,

OBJECTIVOS:

particularmente em termos de receitas. No mercado internacional, Portugal ambiciona crescer anualmente 5% no número de turistas, atingindo os 20 milhões de turistas em 2015, e cerca de 9% nas receitas, ultrapassando o patamar dos 15 mil milhões de euros nesse ano, ou seja, mais do dobro do actual volume de receitas. Lisboa, Algarve e o Norte irão ser as regiões com maior contribuição absoluta para o crescimento, enquanto que o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa, com crescimentos anuais da ordem dos 11%. Desta forma, o turismo irá contribuir positivamente para o desenvolvimento económico do país, representando, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

VISÃO ESTRATÉGICA:

O turismo tem uma importância verdadeiramente estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza e emprego. Trata-se de um sector em que temos vantagens competitivas claras como sucede com poucos outros.

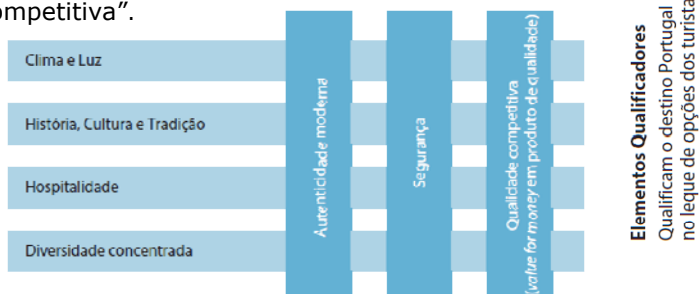
Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento do turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas, detendo uma importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

A visão para o sector em Portugal é uma visão estratégica ambiciosa, mas exequível, assente em 3 pilares: Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.

Portugal irá apostar nos factores que mais nos diferenciam de outros destinos concorrentes – “Clima e luz”, “História, Cultura e Tradição”, “Hospitalidade” e “Diversidade concentrada” – e em elementos que qualificam Portugal para o leque de opções dos turistas – “Autenticidade moderna”, “Segurança” e “Qualidade competitiva (value for money em produto de qualidade)”.

Elementos Diferenciadores

Diferenciam o Destino Portugal de outros destinos mundiais na forma como os recursos turísticos dão resposta às motivações daqueles que nos procuram



A implementação do PENT é estruturada em 5 eixos:

- Território, Destinos e Produtos
- Marcas e Mercados

VISÃO ESTRATÉGICA:

- Qualificação de Recursos
- Distribuição e Comercialização
- Inovação e Conhecimento

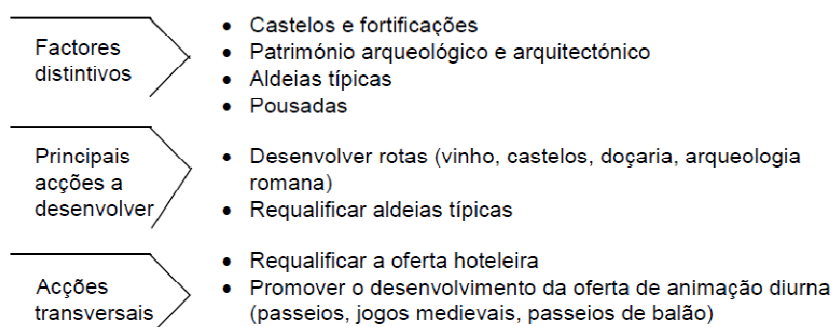
Foram definidos 11 projectos de implementação:

- Produtos, Destinos e Pólos; Intervenção em ZTI's (urbanismo, ambiente e paisagem); Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores; Evento; Acessibilidade Aérea; Marcas, Promoção e Distribuição; Programa de Qualidade; Excelência no Capital Humano; Conhecimento e Inovação
- Eficácia do relacionamento Estado – Empresa
- Modernização Empresarial

O modelo de desenvolvimento de curto prazo do Alentejo passa pelo contraste entre um ambiente tranquilo e uma região de animação turística, com diversas actividades ao ar livre. Assim, o produto chave da região é o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, secundado pelo sol e mar. O golfe, o turismo náutico, a saúde e bem-estar, os conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial e a gastronomia e vinhos constituem produtos diversificadores da oferta.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

A proposta de potenciais acções a aprofundar no Plano Estratégico Nacional do Turismo evidencia na vertente *touring* um conjunto de recursos e potencialidades turísticas significativamente presente em Montemor-o-Novo:



Adaptado de *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (2006).

Os recursos naturais e culturais - identitários e característicos da Região fazem crer na possibilidade de um desenvolvimento sustentável da actividade turística em Montemor-o-Novo, ancorado nesses recursos e em pequenos e médios investimentos, assim como noutros projectos/empreendimentos de maior envergadura.

FICHA N.º 7 - Plano Sectorial da Rede Natura

Entidade que o elaborou: Instituto da Conservação da Natureza

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) é um instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.



De acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, o PSRN 2000 assenta no sistema de gestão territorial de âmbito nacional, aplicando-se à Administração Pública e não vinculando directamente os particulares.

O Plano contém orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da Administração Central e Local. Trata-se de um Plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100 000) para o território continental, cuja expressão territorial corresponde às áreas classificadas – 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) e 60 Sítios (7 dos quais foram já designados como Sítios de Importância Comunitária (SIC) para a Região Biogeográfica Atlântica). (www.icnb.pt).

O presente documento está estruturado em duas partes.

Volume I - incide sobre o significado da Rede Natura 2000 e sua implementação aos níveis comunitário e nacional, encontrando-se remetida para o Anexo I informação relativa às Directivas comunitárias Aves e Habitats e ao enquadramento da Rede Natura 2000 a nível nacional. Na segunda parte é abordado o desenvolvimento e conteúdo do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, adiante designado por PSRN2000.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Como elementos fundamentais do Plano consideram-se ainda:

1. **Volume II**, no qual se integra toda a informação descritiva e cartográfica (disponível em formato digital em www.icn.pt) relevante e disponível para o conjunto dos valores naturais das Directivas Aves e Habitats que exigem a designação de Zonas Especiais de Conservação ou Zonas de Protecção Especial;
2. **Volume III**, composto pelo conjunto de fichas relativas a cada Sítio da Lista Nacional e Zona de Protecção Especial, adiante designados respectivamente por Sítio e por ZPE;
3. Informação cartográfica indicativa de orientações de gestão (disponível em formato digital em www.icn.pt).

OBJECTIVOS

PSRN2000 constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios (e respectivas fases posteriores de classificação – SIC e ZEC), do território continental, através da manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

O mesmo plano visa dar cumprimento a parte das disposições do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, explicitando a uma macro-escala as orientações estratégicas e de planeamento que os PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) e os PEOT (Planos Especiais de Ordenamento do Território) deverão integrar, enformando ainda os demais instrumentos de gestão territorial, programas e políticas sectoriais.

Nesta medida é proposto um conjunto de Orientações de Gestão para todos os Sítios e ZPE relativo aos valores naturais que ocorrem nos mesmos, com vista a garantir a sua conservação a médio/longo prazo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

No concelho de Montemor-o-Novo, estão integrados na Rede Natura 2000 o Sítio Cabrela e o Sítio Monfurado.

Em termos de **ORIENTAÇÕES DE GESTÃO PARA AO SÍTIO CABRELA, PRETENDE-SE:**

- Acompanhar as acções de ordenamento e gestão florestal, através da definição e implementação de modelos de uso múltiplo do montado, baseado em sistemas extensivos; conservação das manchas florestais naturais mais em desenvolvimento – azinhais e sobreirais (impedir cortes e evitar o sobrepastoreio); controlo da instalação de novos povoamentos florestais, no que respeita à localização (preservando o montado e azinhais), dimensão, composição e



QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

infra-estruturas; promoção da regeneração natural nos montados e bosques de sobro e azinho e estabelecimento de sistemas de prevenção contra incêndios;

- Preservar as linhas de água e vegetação ribeirinha, habitats fundamentais também para a conservação de espécies da fauna associadas a este meio, nomeadamente através da melhoria da qualidade da água, condicionamento de obras de compartimentação do leito e de regularizações de produção, de forma a salvaguardar as margens das linhas de água;
- Dada a crescente procura da área numa vertente urbano-turística. Deverá ser desenvolvido um modelo de planeamento sustentável de forma a minimizar a fragmentação dos habitats, decorrentes da construção dispersa.

Em termos de **ORIENTAÇÕES DE GESTÃO PARA AO SÍTIO MONFURADO PRETENDE-SE:**

- Acompanhar acções de ordenamento e gestão florestal. Evitando lavouras profundas. Em algumas áreas de montado pode ser necessário controlar a dinâmica vegetal, através do pastoreio adequado e de desmatamentos selectivos;
- Preservar as linhas de água, assegurando o seu *continuum natural*, nomeadamente através da melhoria da qualidade da água, condicionamento de obras de compartimentação do leito, de regularizações e corte de vegetação ribeirinha, sem prejuízo das limpezas necessárias ao adequado escoamento, condicionamento do acesso do gado do uso agrícola nas bandas ripícolas e recuperação de galerias ripícolas degradadas;
- Dada a crescente procura da área numa vertente urbano-turística. Deverá ser desenvolvido um modelo de planeamento sustentável de forma a minimizar a fragmentação dos habitats, decorrentes da construção dispersa. Importa também ordenar as actividades de recreio e lazer, tendo em conta a preservação das áreas mais sensíveis.
- Salienta-se também a existência do Plano de intervenção em Espaço rural para o Sítio de Monfurado.

FICHA N.º 8 - Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

Entidade que o elaborou: Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

Data: 1999

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Decorrente da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação (ratificada por Portugal em 1996), o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – PANCD – visa, fundamentalmente, a adopção de atitudes e acções activas de combate à degradação dos recursos e a aplicação de normas de prevenção.



OBJECTIVOS

O PANCD visa, pois, os seguintes cinco objectivos estratégicos:

- Conservação do solo e da água;
- Fixação da população activa nos meios rurais;
- Recuperação das áreas afectadas;
- Sensibilização da população para a problemática da desertificação;
- Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.

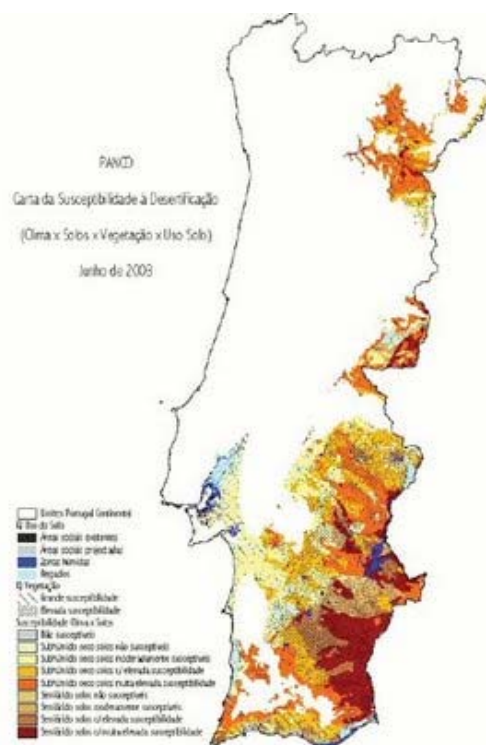
VISÃO ESTRATÉGICA

Orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Eixo 1 — Conservação do solo e da água:

- Garantir a elaboração e a aplicação de códigos de boas práticas agrícolas e silvícolas;
- Ampliar e alargar os apoios à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais geradores de externalidades ambientais positivas;
- Reforçar os apoios à manutenção de áreas agrícolas no interior da floresta;
- Reforço dos apoios à agricultura familiar e a tempo parcial;
- Ampliação dos apoios à agricultura biológica e à certificação de produtos de qualidade;
- Ampliação das ajudas à silvopastorícia.



Eixo 2 — Manutenção da população activa nas zonas rurais:

- Garantir o correcto ordenamento e a gestão do território;
- Melhorar as infra-estruturas de base e as acessibilidades;
- Promover a modernização e a reconversão da agricultura e incentivar a sua multifuncionalidade;
- Encorajar a manutenção de modos de produção tradicionais e apoiar a actividade sustentável.

FICHA N.º 9 - Plano Estratégico de Transportes – 2008- 2020

Entidade que o elaborou: : Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Data: 2009

Coordenador/Autor do Documento: Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPRI)

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Plano Estratégico de Transportes (PET) constitui uma perspectiva integrada do futuro. Mais do que racionalizar e desenvolver cada modo de transporte, importa perspetivar o sector como um todo, valorizando as vocações de cada modo, as complementaridades, as articulações e as acções necessárias para que essa perspectiva integradora se viabilize.

A elaboração do Plano Estratégico de Transportes vem na sequência de uma decisão anunciada pelo Governo, por ocasião da publicação das orientações estratégicas para cada um dos modos, que traduzia a necessidade sentida de estabelecer uma perspectiva integrada para o desenvolvimento do sector dos transportes.

Tratando-se de um Plano Estratégico, este define os objectivos a atingir no seu horizonte (2020) e um conjunto de orientações, acções e projectos que viabilizarão o atingir dos objectivos definidos. O PET estabelece acções que respeitam ao papel do Estado no ordenamento e desenvolvimento do sector. Contudo, ao estabelecer o quadro de referência global de todo o sector dos transportes, ele constitui um documento de grande importância para o planeamento e o desenvolvimento do sector privado.



OBJECTIVOS

Promover um sistema de transportes que contribua para a coesão social e territorial, para uma economia nacional robusta e bem integrada a nível europeu e mundial, cómodo e seguro, respeitador do ambiente e eficiente do ponto de vista energético.

VISÃO ESTRATÉGICA

Um sistema de transportes que, de forma sustentável e economicamente eficiente, satisfaz com qualidade as necessidades de mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens e potencia os objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social, de equidade, de ordenamento do território e de coesão territorial.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Reforço da competitividade territorial e melhoria da conectividade internacional de Portugal.
- Promoção da mobilidade sustentável, dissociando o crescimento da procura de transporte do crescimento económico geral, bem como dos seus efeitos negativos, e assumindo-a como uma componente essencial da competitividade das indústrias e serviços europeus e um direito fundamental dos cidadãos. Neste plano estão consagradas questões com incidência em Montemor-o-Novo nomeadamente:
 - i. Reforçar a competitividade territorial de Portugal, melhorando os sistemas e infra-estruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no Quadro Ibérico, europeu, atlântico e global, nomeadamente através da construção do Novo Aeroporto de Lisboa.
 - ii. Promover a rede rodoviária nacional, nomeadamente o programa de variantes e circulares (neste caso a variante à EN4), com elevados padrões de qualidade e segurança contribuindo para:
 - ✓ A coesão territorial;
 - ✓ O desenvolvimento económico-social e para o aumento de competitividade a redução da sinistralidade grave;
 - ✓ A melhoria da qualidade dos serviços de transporte;
 - ✓ O desenvolvimento sustentável;
 - ✓ O fomento da intermodalidade e complementaridade na rede de transportes.

Requalificação do eixo ferroviário Sines, Poceirão, Évora, Badajoz. Esta operação está incluída na melhoria do corredor ferroviário entre Sines e Espanha para transporte de mercadorias com origem ou destino no Porto de Sines e é uma das intervenções previstas nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário. A ligação ferroviária Sines – Elvas para mercadorias está também incluída na lista dos trinta projectos prioritários da Rede Transeuropeia de Transportes. O objectivo consiste não só na melhoria das condições de circulação do transporte de mercadorias, como também para o transporte de passageiros

FICHA N.º 10 - Portugal Logístico - Rede de Plataformas Logísticas

Entidade que o elaborou: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A necessidade de criar espaços de concentração de actividades logísticas, situados estrategicamente em relação às infra-estruturas e redes existentes e dotados de estruturas e serviços diferenciadores, é determinante para o desenvolvimento e o ordenamento da actividade.



Estes espaços (plataformas logísticas), com vocações e dimensões distintas, terão que possuir condições funcionais alinhadas com as necessidades logísticas, condições físicas que promovam a intermodalidade e a crescente utilização do transporte ferroviário e condições organizacionais que reforcem a competitividade das empresas que aí se instalem.

O projecto Portugal Logístico visa a melhoria da eficiência das cadeias logísticas e de transporte, reforçando a intermodalidade e a utilização racional dos vários modos, bem como a integração nas redes de transportes internacionais. A Rede será integrada por 11 Plataformas Logísticas e por 2 Centros de Carga Aérea (Lisboa e Porto). As 11 Plataformas encontram-se agrupadas em 4 categorias: (i) Urbanas ou nacionais (Maia/Trofa e Poceirão); (ii) Portuárias (Leixões, Aveiro, Lisboa e Sines); (iii) Transfronteiriças (Valença, Chaves, Guarda, Elvas/Caia); e (iv) Regional (Tunes).

Estas plataformas têm como objectivo a dinamização da actividade económica do país através da criação de grandes centros de distribuição e o reordenamento logístico e dos fluxos de transporte, dotando o País de espaços de concentração de actividades logísticas, estrategicamente localizados relativamente aos principais pólos de consumo e produção, fronteiras e às infra-estruturas e redes

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

de transporte portuárias e ferroviárias, em que se inclui a futura rede ferroviária de alta velocidade.

OBJECTIVOS

Melhoria da eficiência das cadeias logísticas e de transporte, reforçando a intermodalidade e a utilização racional dos vários modos, bem como a integração nas redes de transportes internacionais. Este projecto contribuirá para o reforço da competitividade da economia e do papel de Portugal como plataforma logística no espaço europeu e mundial.

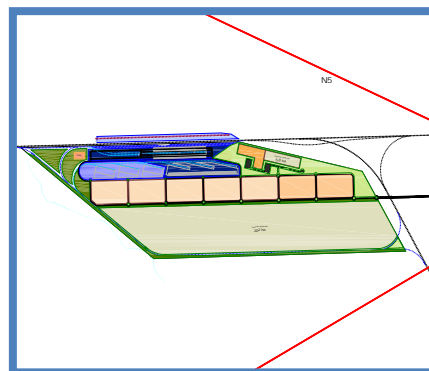
VISÃO ESTRATÉGICA

“Transformar Portugal numa plataforma atlântica para os movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu”.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

A Plataforma Logística do Poceirão, a cerca de 50 quilómetros de Montemor-o-Novo tem como objectivos:

- Apoiar a A.M. Lisboa, nomeadamente aos portos de Lisboa e Setúbal.
- Dinamizar a actividade económica nacional/regional, através de: Articulação de fluxos logísticos internacionais, nacionais e regionais da região de Lisboa e Vale do Tejo.
- Alargar o *hinterland* dos portos por oferta de actividades logísticas complementares às portuárias.



A Plataforma do Poceirão é servida por rodovia, ferrovia e ferrovia de Alta Velocidade e deverá funcionar como uma placa de redistribuição para a Região da Grande Lisboa. Do Poceirão poderão partir comboios de alta velocidade com carga que é habitualmente transportada em avião, como é o caso de produtos perecíveis, componentes electrónicos ou tudo o que possa ser acondicionado em paletes. No projecto da plataforma do Poceirão, prevê-se uma área com 220 ha para serviços intermodais, logísticos, de transformação e de apoio, com a possibilidade de expansão para mais 200 ha e uma procura potencial de 3 milhões de toneladas por ano. Refira-se que o mercado num raio de 100 km em redor da futura plataforma envolve cerca de 3,2 milhões de pessoas e cerca de 31% do PIB industrial nacional, o que se torna uma mais-valia económica para Montemor-o-Novo.

FICHA N.º11 - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e pelo Ministério da Saúde

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A elaboração de um Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) reveste-se de particular importância face à necessidade de uma abordagem integrada e global "Ambiente e Saúde", por oposição a uma intervenção vertical e sectorial. Esta abordagem terá como objectivo uma melhor compreensão das associações e relações causa-efeito existentes entre determinados factores de risco de natureza ambiental e os seus efeitos adversos na saúde.

A causalidade de muitas doenças torna difícil avaliar a contribuição relativa dos diferentes factores para a morbilidade e a mortalidade das populações. Como parte integrante deste Projecto de Plano, são propostos Objectivos, Vectores de Intervenção e Acções Programáticas, consubstanciadas em Fichas de Projecto, desenvolvidas em Domínios Prioritários de intervenção, no quadro da estratégia delineada.



OBJECTIVOS

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;

OBJECTIVOS

- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007–2013 (PNAAS) tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Para atingir este fim, torna-se necessário promover a integração da informação relativa ao estado do ambiente e da saúde, tendo em consideração, nomeadamente, exposições combinadas, “efeitos cocktail” e efeitos cumulativos, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população, como as crianças, as grávidas, os idosos e os doentes.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Prevenção, Controlo e Redução de Riscos - o levantamento, o desenvolvimento, a sistematização e a integração da informação, quer ao nível dos factores de risco, quer ao nível da descrição do estado de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Esta informação é produzida no âmbito de processos de investigação que permitam avaliar eventuais relações causa-efeito entre factores de risco ambientais e efeitos na saúde ou através da sistematização da informação disponível.
- Informação, Sensibilização, Formação e Educação - visa diminuir os impactes na saúde resultantes da exposição a factores de risco ambientais, através de medidas de prevenção, controlo e minimização de risco.
- Articulação com as Iniciativas Internacionais de Ambiente e Saúde - promover uma adequada comunicação do risco e a adopção de boas práticas, conducentes a comportamentos e atitudes saudáveis.

FICHA N.º 12 - Estratégia Nacional para os efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Do ponto de vista económico a agro-pecuária e a agro-indústria são actividades significativas para vastas regiões do país, pelo que não pode ser ignorado o seu contributo para a poluição gerada em algumas bacias hidrográficas, frequentemente gerado pela população e restantes actividades económicas dessa mesma região. Face à problemática de tratamento dos efluentes das instalações agropecuárias e agro-industriais, foi elaborada a ENEAPAI, abrangendo todo o território.

■
ENEAPAI
Estratégia Nacional
para os Efluentes
Agro-Pecuários e
Agro-Industriais

A ENEAPAI é uma estratégia que abrange os diversos sectores da produção agro-pecuária e agro-industrial, integrando as especificidades e características de cada sector produtivo, dos efluentes por eles produzidos e das regiões onde se inserem, aprovadas pelo Despacho nº 8277/2007, de 9 de Maio.

A estratégia contempla a caracterização da situação de referência por sector de actividade, bem como identifica as zonas de maior pressão e definição de núcleos de acção prioritária nos seguintes sectores: bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, indústrias de lacticínios e adegas. É efectuada também uma análise em termos de evolução e traçada a estratégia para o período 2007-2013, bem como o respectivo quadro de intervenção e implementação da estratégia.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O capítulo 8 da ENEAPAI define um conjunto de 7 medidas consideradas como prioritárias para a implementação da Estratégia e cumprimento dos Objectivos. Para cada uma das medidas está definida a entidade que a deverá promover, bem como o prazo para a sua concretização. Em quase todas as medidas definidas a Estrutura de Coordenação e Acompanhamento (ECA) é o promotor, isoladamente ou em conjunto com outras entidades.

OBJECTIVOS

Reduzir o impacte significativo no ambiente, em particular nos recursos hídricos, dos sectores/utilizadores abrangidos, nomeadamente através de soluções de valorização e tratamento de efluentes.

VISÃO ESTRATÉGICA

Pretende-se que a ENEAPAI espelhe novas formas de intervenção que permitam encontrar soluções técnicas, económicas e ambientalmente sustentáveis e que contribuam para a coesão e a competitividade territorial e sectorial, abrindo novas oportunidades de desenvolvimento.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

O concelho de Montemor-o-Novo está integrado no Plano Regional de Gestão Integrada do Núcleo de Acção Prioritária 12 (NAP 12) – Alentejo Litoral, cuja elaboração está a cargo do INAG. No NAP 12 estão integrados os seguintes concelhos: Alentejo Litoral – Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Ferreira do Alentejo (este processo está em curso).

Considerando o âmbito territorial proposto, importa salientar que na ENEAPAI foram definidos NAP para a suinicultura, para a bovinicultura e para a avicultura, por serem os mais representativos e que exercem maior pressão na área em análise. No concelho de Montemor-o-Novo foram englobadas 93 suiniculturas e 13 bovinivulturas (regime intensivo produção de leite). Em termos agro-industriais, foram considerados dois lagares e duas adegas. O projecto PIGS realizado em Montemor-o-Novo pode dar contributos significativos para uma das componentes do sistema integrado de gestão dos efluentes agro-industriais.

Verificando-se a inexistência de financiamento para o desenvolvimento dos PRGI através do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN, bem como do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER, o INAG, I.P., enquanto entidade promotora da elaboração do PRGI do NAP 12, no qual se inclui o concelho de Montemor-o-Novo, assume o seu co-financiamento através de verbas próprias.

FICHA N.º 13 - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Em 2007 foi aprovado, através da Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007 a 2016 (PERSU II), que dá continuidade à política de gestão de resíduos, tendo em atenção as novas exigências entretanto formuladas a nível nacional e comunitário, assegurando, designadamente, o cumprimento dos objectivos comunitários em matéria de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e de reciclagem e valorização de resíduos de embalagens, e procurando colmatar as limitações apontadas à execução do PERSU I.

O PERSU II divide-se nos seguintes eixos:

Eixo 1 – Prevenção: Programa Nacional

Eixo 2 – Sensibilização/ mobilização dos cidadãos

Eixo 3 – Qualificação e optimização da gestão de resíduos

Eixo 4 – Sistema de informação como pilar de gestão dos resíduos

Eixo 5 – Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU.

PERSU II
Plano Estratégico para
os Resíduos Sólidos
Urbanos
2007-2016

OBJECTIVOS

O PERSU baseia-se nos seguintes princípios:

- Poluidor-pagador
- Precaução e da acção preventiva
- Correção da poluição na fonte

VISÃO ESTRATÉGICA

Garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos e uma melhor gestão de recursos e resíduos, a fim de assegurar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo através do projecto REAGIR está a desenvolver acções que vão de encontro aos objectivos e à estratégia preconizada no PERSU II.

FICHA N.º 14 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEEAASR II)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

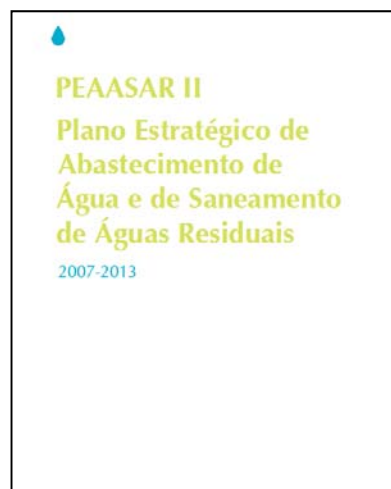
Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

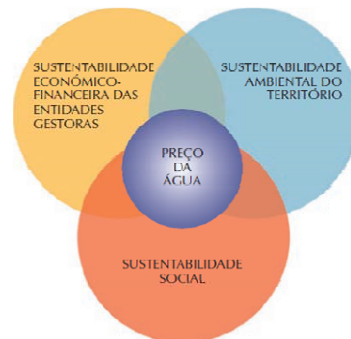
Em Abril de 2000, o XIV Governo Constitucional aprovou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR). Este plano estratégico, cuja concretização teve início em 2000 e que foi elaborado para vigorar no período 2000-2006, desempenhou um papel essencial na estruturação de todo o sector do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais do nosso país. É comumente reconhecida a sua importância na definição das prioridades de utilização dos fundos comunitários atribuídos a Portugal no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, tendo-se mantido ao longo dos anos como o documento orientador dos objectivos e políticas dos diversos governos nesta área.

Os progressos notáveis verificados, neste período, no sector de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, provam a justeza dos principais objectivos fixados no PEAASAR 2000-2006 e a adequação das linhas de acção nele programadas. Impõe-se prosseguir esse trabalho, garantindo a continuidade de uma estratégia para o sector as águas no próximo ciclo de fundos comunitários. Este objectivo está presente no Programa do XVII Governo Constitucional que aponta a necessidade de *“qualificar as nossas infra-estruturas ambientais e a respectiva gestão, de forma a alcançar níveis de atendimento próprios dos países desenvolvidos”* e que prevê o *“relançamento dos investimentos”* necessários neste domínio.



OBJECTIVOS

- Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida;
- Servir cerca de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água;
- Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;
- Cumprir os objectivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de protecção do ambiente e saúde pública.



VISÃO ESTRATÉGICA

Apesar dos avanços significativos registados nos últimos anos, numa perspectiva de abordagem integrada dos problemas do sector que o PEAASAR 2000-2006 veio proporcionar, nomeadamente pela criação de um número importante de soluções multimunicipais e municipais integradas na vertente em “alta”, importa prosseguir e aprofundar no período 2007 -2013 uma estratégia que responda de forma coordenada aos problemas com que, embora em alguns casos já em menor escala, o sector ainda se debate, e que são de natureza estrutural, operacional, económica, financeira e ambiental. A resposta a estes problemas implica a definição de objectivos e orientações estratégicas e o estabelecimento dos consequentes objectivos operacionais e medidas a adoptar no período 2007-2013.

A estratégia para o período 2007-2013 propõe-se responder a esta questão, assumindo como prioridade incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos custos do serviço, como forma de garantir a sustentabilidade do sector enquanto obrigação imperiosa perante as gerações futuras. A referida estratégia parte de dois pressupostos essenciais:

- A realização dos investimentos necessários para atingir níveis de atendimento com a qualidade exigida e para cumprir as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais;
- A compatibilização das tarifas com as condições socio-económicas da população.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas multimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial;
- Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em “alta” e à continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes;
- Promover a criação, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados, tanto quanto possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão dos sistemas municipais e criar uma Lei de Bases de Concessões em “baixa”;
- Implementar as disposições da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água, directamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e a prevenção da poluição.

FICHA N.º 15 - Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo

Entidade que o elaborou: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Data: Janeiro de 2010

Coordenador/Autor do Documento: CCDDR Alentejo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PROT “define o quadro estratégico a desenvolver pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e, quando existam, pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT)” (art. 24º, DL 316/07, de 19 de Setembro).



O PROT Alentejo aplica-se ao território da Região Alentejo (NUTS II) e para além dos objectivos de carácter geral acima mencionados, tem como objectivos específicos:

- Definir as opções estratégicas de base territoriais para o desenvolvimento da região Alentejo;
- Definir o modelo de organização do território regional;
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;
- Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades territoriais e às dinâmicas de localização das actividades;
- Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e rural do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou estruturas ecológicas relevantes;
- Propor medidas para a protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;

- g) Identificar e hierarquizar os principais projectos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e a coerência dos investimentos públicos;
- h) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- i) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT Alentejo.

O PROT Alentejo é constituído por três relatórios:

a) O Relatório Fundamental, que apresenta e desenvolve:

- i) O Quadro Estratégico de Referência e as Opções Estratégicas de Base Territorial;
- ii) O Modelo Territorial e os sistema de organização territorial que o suportam, nomeadamente, o Sistema Ambiental, o Sistema da Base Económica, o Sistema Urbano e de Suporte da Coesão Territorial e o Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional;
- iii) As Normas Orientadoras, organizadas segundo dois tipos de normas: normas de natureza geral e normas específicas com uma natureza operacional;
- iv) O Sistema de Gestão e Monitorização, definindo as funções necessárias a desempenhar pelos serviços e órgãos da CCDR Alentejo com vista a um eficaz processo de gestão e monitorização do Plano.

b) O Relatório Complementar, constituído por dois volumes:

- i) **Volume I – Diagnóstico Prospectivo Regional**, que apresenta os elementos de diagnóstico sectorial e de diagnóstico regional elaborados, fundamentalmente, com base em trabalhos e estudos preexistentes na CCDR Alentejo e completados por estudos específicos desenvolvidos durante o processo de elaboração do PROT;
- ii) **Volume II – Programa de Execução e Sistema de Indicadores**, estabelecendo, por um lado, o conjunto de projectos de natureza estruturante e fundamentais à implementação da estratégia regional de desenvolvimento territorial e apresentando, por outro lado, um conjunto de indicadores de referência para a monitorização do processo de implementação do Plano.

c) O Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano.

OBJECTIVOS

1. Promover o crescimento económico e o emprego,
2. Sustentar a perda demográfica e qualificar os recursos humanos,

3. Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural,
4. Garantir níveis adequados de coesão territorial,
5. Valorizar e preservar o património natural e cultural,
6. Implementar um modelo de turismo sustentável,
7. Potenciar o efeito das grandes infra-estruturas (regionais e nacionais).

VISÃO ESTRATÉGICA

Afirmar o Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional, apoiado por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e uma integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geo-estratégico e os seus activos naturais e patrimoniais.

Esta visão tem em conta o modelo territorial definido no PROT, que diz o seguinte:

“O sub-sistema urbano do Alentejo Central evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora e ainda por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz é evidenciado pela atractividade empresarial e residencial deste eixo, proporcionada pelas infra-estruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes ou a polarizar. A localização do aeroporto em Alcochete reforça o posicionamento estratégico dos centros urbanos localizados nas proximidades, com destaque para Vendas Novas e Montemor-o-Novo, tanto para a atractividade residencial como para a localização de novas actividades económicas. Em termos de coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços. Merece ainda referência neste sub-sistema, o eixo urbano-industrial de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, fortemente especializado no sector industrial das pedras naturais. A qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a imagem urbana desta região.”

Em termos de opções estratégicas, o PROT pretende:

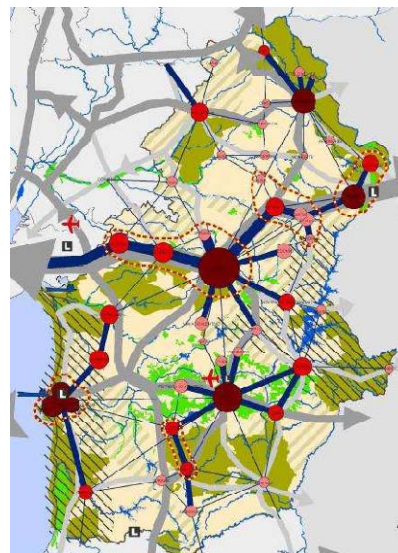
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelho que asseguram funções fundamentais de integração de espaços rurais e centralidades potenciais, localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo um conjunto de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento florestal;
- Promover o eixo Vendas-Novas-Montemor-Évora com o espaço dinâmico de descentralização industrial e logística da AML.
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas, de modo a afirmar uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural do Alentejo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Opcões Estratégicas de Base Territorial (OEBT), com mais relevância para o Concelho de Montemor-o-Novo

1. Integração Territorial e Abertura ao Exterior

Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infra-estruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, por forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atracção de empresas e de desenvolvimento empresarial.



2. Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora

O Alentejo tem de intensificar e tirar partido do crescente relacionamento com a Região Metropolitana de Lisboa, rentabilizando as acessibilidades rodoviárias existentes através da atractividade de pessoas, eventos e investimentos.

3. Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais, em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza, e as oportunidades que se oferecem às actividades produtivas.

Promover a gestão das áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade assenta na obrigação de conservar os valores naturais que levaram à sua classificação, cujas orientações estão expressas nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e, para cada Sítio e ZPE, no Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Estas áreas são elementos essenciais de qualquer estrutura de ecológica, à escala regional ou municipal, constituindo espaços privilegiados para promover a informação, a sensibilização e a formação em matéria de ambiente, de forma a mobilizar a participação pública na sua gestão. A preservação do património natural deve ainda permitir potenciar o reforço dos sinais de identidade das comunidades rurais das áreas classificadas. Apesar do reconhecido valor dos ecossistemas e das paisagens do Alentejo, assinala-se a ocorrência de alguns processos de degradação, que justificam a recuperação dos espaços degradados). Neste contexto, pretende-se promover a criação de soluções e a aplicação de medidas com vista à recuperação de áreas degradadas e ao restauro e reabilitação dos ecossistemas e dos padrões e processos ecológicos que sustentam a biodiversidade.

4. Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais

A agricultura desempenha um papel importante na conservação dos solos e da biodiversidade. Muitos dos valores naturais mais característicos dos ecossistemas mediterrânicos mantiveram-se num estado de conservação favorável, beneficiando das práticas culturais associadas ao tradicional uso agro-silvo-pastoril. Todavia, certas formas de agricultura mais intensivas têm tido um impacto negativo sobre a conservação do solo da água e de espécies da flora e da fauna selvagens. É importante a definição de uma estratégia para uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais assentará ainda em objectivos específicos, tais como: manter a actividade agrícola ou florestal em zonas com condicionantes ou desvantagens naturais; preservar os recursos naturais e a paisagem no âmbito da actividade agrícola e florestal; tornar a floresta mais estável e resistente aos agentes bióticos e abióticos; incentivar os sistemas florestais e agro-florestais compatíveis com o ambiente e promover a eco-eficiência.

5 Promover áreas com potencial económico na região e particularmente no concelho de Montemor-o-Novo: Fileiras da Indústria Agro-alimentar

6. Impulsionar o Turismo partindo de uma realidade turística com uma escala regional única, assente em características fundamentais distintivas (identidade regional cultural e patrimonial, singularidade paisagística, preservação do património natural e cultural, qualidade e diversidade dos produtos, entre outras). Montemor está integrado na zona envolvente de Évora: A monumentalidade do seu património edificado, tanto em meio urbano como rural (e.g. Montemor-o-Novo), dos pequenos conjuntos edificados e sítios arqueológicos ou megalíticos é testemunha das gentes que deixaram as marcas da sua presença, com destaque para a gastronomia, os vinhos e o artesanato. Também o património natural e ambiental (e.g. sítio de Monfurado, integrado na Rede Natura 2000), pode desempenhar um papel de valorização turística desta sub-região no que se refere aos passeios na natureza, observação astronómica, da fauna e flora, orientação, BTT, entre outros, muitos deles já com actividades e percursos sinalizados ou organizados e dotados de infra-estruturas e equipamentos de apoio.

FICHA N.º 16 - Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central

Entidade que o elaborou: Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE)

Data: 2008

Coordenador/Autor do Documento: AMDE

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

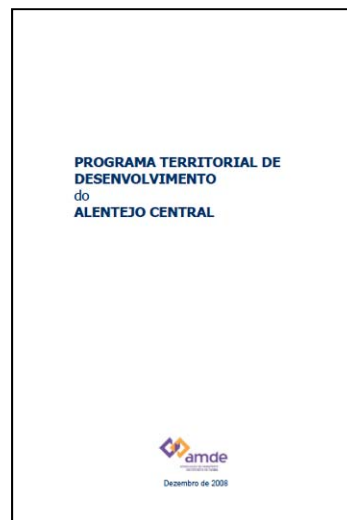
BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central (PTDAC) é uma estratégia territorial de desenvolvimento da NUTS III que integra as prioridades de investimento e o conjunto de intervenções propostas para a subvenção de acordo com a regulamentação vigente.

O documento inclui os seguintes capítulos:

- Uma caracterização da situação sócio-económica da NUTS III do Alentejo Central englobando as diversas áreas relevantes para o desenvolvimento da sub-região.
- Uma análise SWOT que permite identificar as tendências pesadas da realidade sócio-económica do Alentejo Central bem como o quadro de referência (pontos fortes e pontos fracos; ameaças e oportunidades) em que se deverá definir e aplicar a estratégia de desenvolvimento.
- Uma estratégia global de desenvolvimento para as populações e território da NUTS III, enunciando os objectivos e as prioridades estratégicas para o Alentejo Central, numa perspectiva integrada e envolvendo as diversas áreas chave para o desenvolvimento.

Um capítulo relativo à subvenção global propriamente dita que justifica a sua própria existência, identifica o âmbito operacional da Subvenção Global enquanto subconjunto de uma estratégia mais global definida para o Alentejo Central, apresenta o plano financeiro de investimentos e propõe o modelo de implementação do programa de investimentos envolvido.



OBJECTIVOS

O grande objectivo para o Alentejo Central no horizonte 2015 é "reforçar a competitividade e atractividade do Alentejo Central, apostando na sua nova centralidade, incentivando a inovação e o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e assegurando qualidade de vida e coesão social".

Os objectivos específicos enunciados correspondem aos quatro eixos estratégicos que deverão nortear as políticas públicas na sub-região nos próximos sete anos e são: Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior; Adaptar e valorizar conhecimentos e competências; Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural; e assegurar um modelo territorial e social coeso.

VISÃO ESTRATÉGICA

Reforçar a competitividade e atractividade do Alentejo Central, apostando na sua nova centralidade, incentivando a inovação e o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e assegurando qualidade de vida e coesão social.

O eixo estratégico "Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior" consubstancia-se através de:

- Apoio directo ao investimento inovador nas empresas;
- Estímulo à investigação de bens e serviços comercializáveis;
- Criação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial;
- Factores imateriais da competitividade de natureza colectiva;
- Melhoria do acesso ao mercado de capitais;
- Generalização do acesso à banda larga e da economia digital;
- Modernização e aumento da eficiência dos serviços públicos.

O eixo estratégico "Adaptar e valorizar conhecimentos e competências" consubstancia-se através de:

- Formação ligada à actividade económica;
- Formação ligada à qualificação das organizações da Administração Pública Regional;
- Formação ligada ao desenvolvimento de projectos sociais e iniciativas empresariais de base local;
- Qualificação das entidades formadoras.

A estratégia para o Alentejo Central no que respeita ao eixo "Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural" estrutura-se em torno de 6 prioridades fundamentais:

- Gestão dos recursos hídricos;
- Prevenção e gestão de riscos naturais;
- Tratamento e valorização de resíduos;
- Recuperação e valorização de zonas extractivas;
- Conservação da natureza e promoção da biodiversidade;
- Valorização económica do espaço rural.

VISÃO ESTRATÉGICA

Quanto ao eixo "Assegurar um modelo territorial e social coeso" e face às opções estratégicas globais em curso para o conjunto da região, a promoção deste modelo passará por:

- Reforçar e melhorar o sistema de acessibilidades e de mobilidade territorial;
- Reforçar e melhorar a rede de equipamentos para a coesão social;
- Preservar, valorizar e animar o património material e imaterial;
- Qualificação ambiental da rede urbana;
- Especialização funcional dos centros urbanos.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Consolidar o corredor Lisboa-Évora-Badajoz e infra-estruturar os corredores Algarve-Beja-Évora-Portalegre-Castelo Branco e Sines-Évora-Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural; da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região;
- A nível da potenciação do espaço rural, incrementar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, o ordenamento do espaço rural, a gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e a diversificação económica das áreas rurais;
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural;
- Promover o eixo Montemor-o-Novo -Évora como um espaço de desconcentração industrial e logística da Área Metropolitana de Lisboa;
- Assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região, a criação de condições para estimular novas formas de cooperação entre zonas urbanas e rurais não só ao nível do escoamento de produtos mas também, por exemplo, no que respeita às actividades de lazer e à ocupação agrícola a tempo parcial;
- No quadro de uma economia rural em vias de terciarização, será fundamental reequacionar o papel dos pequenos centros nos territórios rurais mais frágeis, por forma a garantir o acesso equitativo aos serviços para os que neles habitam e trabalham. Neste sentido, os pequenos centros urbanos, sedes de concelho ou não, são fundamentais para a afirmação das relações urbano-rurais e para o fortalecimento do sistema urbano numa

lógica de reforço das relações de proximidade;

- Ao nível do sistema de acessibilidades e da mobilidade territorial, remodelar os corredores rodoviários de nível nacional/europeu, ou seja, Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Ourique - Algarve (IP2), Sines - Évora – Elvas - Badajoz (IC33); alargar e electrificar a linha ferroviária Poceirão - Montemor-o-Novo – Évora - Estremoz melhorando o transporte de passageiros; construir a linha ferroviária de alta velocidade Lisboa - Madrid (com estações em Évora e Elvas/Caia) e construir uma moderna linha convencional de mercadorias Sines – Évora – Elvas/Caia;
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo;
- Desenvolver uma estratégia de resposta integrada a situações de risco nos vários espaços do Alentejo, e em particular face às secas e tendo em conta as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água.

FICHA N.º 17 - Programa Operacional Regional do Alentejo

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: Dezembro de 2007

Coordenador/Autor do Documento: -

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A estratégia de desenvolvimento preconizada para o Alentejo, como qualquer exercício desta natureza, é abrangente e estabelece os grandes princípios orientadores para a construção da visão estabelecida. A prossecução da estratégia exige o empenho de todos os actores e encontra nos fundos comunitários uma alavanca importante para a sua operacionalização.



O Programa Operacional do Alentejo é, neste contexto, apenas um dos instrumentos dos fundos estruturais que deve contribuir para a prossecução da estratégia da região e assume, naturalmente, as orientações estruturantes do QREN e o novo quadro mais exigente e complexo para a política regional com a introdução dos objectivos da Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e da Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável).

O POR Alentejo evidencia, na estruturação dos seus eixos e objectivos, uma clara articulação com as grandes prioridades estratégicas definidas no "Alentejo 2015", estabelecendo uma perfeita simbiose entre os seus objectivos específicos e os previstos na estratégia regional.

OBJECTIVOS

Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego

- Potenciar a iniciativa empresarial;
- Aumentar a inserção na cadeia de valor das actividades tradicionais;
- Diversificar o perfil especialização pela integração actividades de conteúdo tecnológico e

OBJECTIVOS

valor acrescentado;

- Implementar um sistema de C&T associado ao desenvolvimento empresarial.

Abertura da economia, sociedade e território ao exterior

- Consolidar a inserção da região nas redes internacionais
- Melhorar as acessibilidades e a mobilidade regional;
- Dinamizar a logística regional;
- Aumentar a atractividade externa da economia regional;
- Melhorar a eficiência e transparência da governação.

Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental

- Reforçar o sistema urbano e promover a sua articulação;
- Assegurar uma adequada coesão social e territorial;
- Assegurar maior eficiência na gestão dos recursos naturais;
- Valorizar o património natural.













VISÃO ESTRATÉGICA



Alcançar um Alentejo que possa ser reconhecido, interna e externamente, como uma região capaz de gerar pela sua dinâmica empresarial, riqueza e emprego; uma região aberta ao exterior, com qualidade de vida global e exemplar no plano ambiental. As ideias estruturantes da visão "Alentejo 2015", relativas ao modelo competitivo e à qualidade de vida ambicionados para a região no horizonte 2015, são as seguintes:

- Uma base económica especializada, centrada não apenas nas actividades tradicionais, mas também pela entrada de actividades emergentes, com base na inovação, no conhecimento, e no capital humano, acelerando a capacidade endógena de criação de riqueza;
- Uma região capaz de explorar e construir uma posição favorável nas ligações logísticas entre Portugal e Espanha (polarizadas pela relação entre Lisboa e Madrid), aberta às oportunidades decorrentes da globalização, através da internacionalização, das tecnologias de informação, e da cooperação internacional e inter-regional;
- Um território diversificado, atractivo para a vida, o trabalho e lazer, polarizado pela qualidade ambiental e pela rede de serviços urbanos e rurais, explorando as novas fronteiras territoriais de desenvolvimento.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

A articulação da estratégia regional de Montemor-o-Novo com a estratégia regional do Alentejo, formulada no respectivo Programa Operacional Regional, apresenta um grau elevado de articulação e sinergias, contribuindo de forma relevante para a realização dos Eixos Estratégicos propostos no PO Regional. Em particular, a estratégia de Montemor-o-Novo realça:

PRIORIDADES DE ACTUAÇÃO DA CARTA ESTRATÉGICA DE MONTEMOR-O-NOVO	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA REGIÃO ALENTEJO 2007 - 2013		
	DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E CRIAÇÃO DE EMPREGO	ABERTURA DA ECONOMIA SOCIEDADE E TERRITÓRIO AO EXTERIOR	MELHORIA DA QUALIDADE URBANA. RURAL AMBIENTAL
Economia renovada e Emprego			
Urbanismo e Qualidade de vida			
Ambiente e Desenvolvimento Rural			
Educação e Desporto, Saúde e Acção Social			

 Relação forte
  Relação de intermédia

FICHA N.º 18 - Programa Regional de Inovação do Alentejo – PRIA

Entidade que o elaborou: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Data: Dezembro de 2005

Coordenador/Autor do Documento: Augusto Mateus & Associados

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

PARTE I - A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E O POSICIONAMENTO COMPETITIVO DA REGIÃO DO ALENTEJO

São abordadas as questões mais gerais associadas ao posicionamento económico, social e competitivo da região face ao espaço nacional e a outras regiões europeias.

O diagnóstico quantifica e consubstancia as conhecidas fraquezas da região em termos dos seus problemas demográficos, envelhecimento da população, baixas qualificações da população e das organizações, bem como a fraca densidade de recursos regionais empregues em actividades de inovação, ciência e tecnologia. A primeira parte termina com a identificação do perfil de especialização produtiva do Alentejo e das suas sub-regiões.



Na PARTE II - UMA VISÃO PARTICULAR DOS SECTORES MAIS RELEVANTES PARA A INOVAÇÃO NO PANORAMA ALENTEJANO

São exploradas as dinâmicas de desenvolvimento de um conjunto de sectores relevantes para o dinamismo da economia regional do Alentejo – agricultura e recursos agro-alimentares, vitivinicultura, rochas ornamentais, cortiça e turismo –, procurando aferir (i) a respectiva relevância económica de cada sector no contexto internacional, (ii) as respectivas trocas comerciais a nível internacional, bem como (iii) a relevância e o peso económico dos sectores no país e na região.

Para os diferentes sectores contempla uma análise SWOT que resume as fraquezas e potencialidades do sector e ajuda a configurar os seus principais desafios para o futuro. Este

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ponto termina com a análise das potencialidades de desenvolvimento de cada um destes sectores no Alentejo.

PARTE III - PLANO REGIONAL DE INOVAÇÃO DO ALENTEJO,

São apresentados os pressupostos em que se baseou a estratégia de inovação regional, passando-se posteriormente à definição da missão e dos objectivos estratégicos.

O Plano Regional de Inovação do Alentejo encontra-se, assim, estruturado em três programas: o Alt-Inov – destinado a apoiar a inovação nas empresas da região, o Alt-CiTec – destinado a apoiar as infra-estruturas de suporte de ciência e tecnologia e a criação de uma envolvente transaccional capaz de estimular a inovação e o Alt-Meditec – que pretende estimular a mediação tecnológica, a transferência de tecnologia, a difusão de informação.

OBJECTIVOS

- Expandir as actividades científicas e tecnológicas da região, multiplicando significativamente os Recursos Humanos e as despesas com I&D;
- Promover de forma activa nas empresas uma mudança cultural no sentido de favorecer uma visão da inovação em colaboração com outras empresas e entidades, como principal factor de competitividade;
- Estruturar um modelo de articulação dos apoios locais à tecnologia e inovação, ou seja, consolidar um sistema de mediação e acompanhamento entre a oferta científica e tecnológica e as empresas, bem como entre as diferentes opções de financiamento e o tecido produtivo local;
- Estimular a criação de novas actividades de base tecnológica em sectores emergentes que possam ajudar a diversificação do tecido produtivo para áreas de maior intensidade tecnológica.

VISÃO ESTRATÉGICA

Implementar um modelo de Sistema de Ciência-Tecnologia-Inovação adequado às necessidades da região e que sirva de catalisador do desenvolvimento das empresas e produtores.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

No que se refere a Montemor-o-Novo é importante salientar o seguinte: contrastando com o peso do **sector suberícola** na região, a oferta científica e tecnológica e de inovação desenvolvida regionalmente é diminuta e centrada em aspectos muito específicos do processo de produção e transformação da cortiça. Este será certamente um aspecto a corrigir no futuro, a acompanhar a deslocação da actividade industrial para o Sul.

No sector da cortiça, e tendo presente as necessidade para a inovação e tecnologia, a produção e

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

difusão de conhecimento científico e tecnológico terão um papel decisivo no fortalecimento da sustentabilidade de toda a fileira, desde a produção da matéria-prima à sua transformação industrial e comercialização.

Num ambiente de crescente colaboração intra-sectorial, é importante promover, com esse fim, as relações e parcerias entre o sector e os institutos e centros de investigação com especial destaque para as parcerias entre empresas e institutos ou universidades que fomentem o desenvolvimento de tecnologia industrial (ao nível de processos, equipamentos e produtos) e a investigação e desenvolvimento tecnológico no sector florestal (focando a reflorestação e a recuperação do montado, novas técnicas suberícolas e equipamentos). Complementarmente, o desenvolvimento da capacidade de absorção deste conhecimento (particularmente através do fomento de uma cultura propícia à inovação) e da requalificação e formação dos recursos humanos, capazes de assegurar uma efectiva transferência do conhecimento e das novas tecnologias para as empresas da região, constitui igualmente um factor essencial de sucesso de uma estratégia de desenvolvimento regional assente na inovação.

A adopção de boas práticas suberícolas, a mecanização de algumas operações florestais, a promoção da multifuncionalidade do montado, a inovação tecnológica de processos, equipamentos e produtos na indústria corticeira (complementada com a introdução de sistemas de controlo de qualidade, com a aplicação industrial de patentes e com o desenvolvimento de unidades de demonstração à escala industrial), bem como a formação dos quadros técnicos constituem exemplos de acções para a inovação no sector.

No concelho de Montemor-o-Novo é também de destacar a importância do sector do Turismo

Dotada de um vasto leque de recursos endógenos (natureza e paisagem, arqueologia, monumentalidade e urbanismo, artesanato, tradições e eventos), potencialmente atractivos para a actividade turística, a região deve, de forma diferenciada, conseguir valorizá-los, integrando-os na sua oferta turística e complementar, essa oferta com estruturas de alojamento turístico, restauração, adegas, equipamentos desportivos, culturais e de espectáculo, aproveitando para este efeito o papel dos operadores turísticos e de animação.

FICHA N.º 19 - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central

Entidade que o elaborou: Direcção-Geral de Recursos Florestais (DGRF)

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: DGRF - MADRP

Tipo de Documento:

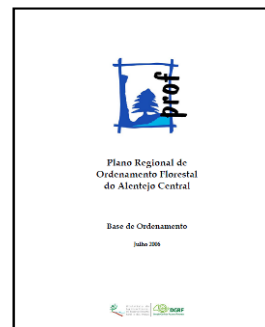
Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF-AC) é um instrumento de gestão da floresta a nível regional que visa administrar correctamente os espaços florestais de modo a valorizar, proteger e gerir de forma sustentável os recursos florestais. O PROF-AC abrange os municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Évora.



O plano compreende duas fases que incluem, numa primeira fase, a avaliação das potencialidades dos espaços florestais do ponto de vista dos seus usos dominantes; a definição do elenco de espécies a privilegiar nas acções de expansão ou reconversão do património florestal e a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, de sensibilidade à erosão e de importância ecológica, social e cultural.

Na segunda fase inclui a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão de recursos mais adequados; a aplicabilidade dos modelos gerais de silvicultura, definição das normas específicas de silvicultura e de gestão sustentada dos recursos a utilizar.

OBJECTIVOS:

O PROF-AC tem por objectivo "potenciar a organização dos espaços florestais do Alentejo Central, numa óptica de uso múltiplo e desenvolvimento sustentado, e em articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial". São comuns a todas as sub-regiões homogéneas a prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- a) Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
- b) Diminuir a área queimada;
- c) Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:
 - i) Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal;
 - ii) Realização do cadastro das propriedades florestais;
 - iii) Redução das áreas abandonadas;
 - iv) Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
 - v) Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.
- d) Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;
- e) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

VISÃO ESTRATÉGICA:

"Espaços florestais sustentáveis e multifuncionais, onde se complementam as actividades tradicionais dos montados e as novas oportunidades provenientes de projectos estruturantes e onde a floresta desempenha um papel determinante na caracterização da paisagem".

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

O município de Montemor-o-Novo insere-se na Sub-região Homogénea Montados do Alentejo Central e na Charneca do Tejo e Sado.

Na **Sub-região homogénea montados do Alentejo Central** há um forte potencial para o desenvolvimento da silvopastorícia e da caça, assumindo estas actividades grande importância, ainda que nesta sub-região tenham de obedecer às condicionantes de protecção. Verifica-se a existência de áreas com aptidão preferencial para o sobreiro e alguma de azinho. Aqui, a floresta desempenha diferentes funções ocupando uma distribuição espacial com dimensão e que caracteriza a paisagem.

Os principais pontos fortes da Sub-região homogénea montados do Alentejo Central são as

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVância PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

seguintes:

- Elevado potencial para a actividade silvopastoril - associada ao gado ovino e bovino, com produtos com nome protegido (Carne Alentejana-DOP, Carne Mertolenga-DOP, carne de porco alentejano-DO, Borrego de Montemor-o-novo- IGP, queijo de Évora-DOP).
- Elevado potencial para o desenvolvimento da actividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de vastas áreas já concessionadas (ZCA e ZCT).
- Elevada aptidão para o sobreiro e azinheira.
- Elevada ocupação florestal, centrada nos povoamentos e montados de sobreiro e de azinheiro.
- Elevada dimensão da propriedade.
- Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – cogumelos silvestres e ervas aromáticas.

Os objectivos específicos para esta sub-região são:

a) Desenvolver a actividade silvopastoril, nomeadamente:

- i) Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;
- ii) Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris;
- iii) Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

b) Aumentar a actividade associada à caça, nomeadamente:

- i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;
- ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva e a rentabilidade da actividade cinegética;
- iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

c) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais, nomeadamente:

- i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca;
- ii) Aumentar e melhorar as infra-estruturas de suporte à actividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário.

d) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos, pinhão, plantas aromáticas, condimentares e medicinais;

e) Direcção das produções de cortiça no sentido de uma maior valorização dos produtos finais;

f) Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;

g) Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP);

h) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVância PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

i) Criar incentivos à fixação da população.

Na sub-região Montados do Alentejo Central de uma forma generalizada são aplicáveis as **normas de intervenção** de suporte à produção de cortiça, à pastorícia e à caça, uma vez que estas actividades têm elevado potencial. São actividades tradicionais, apresentando bons níveis de produção e que caracterizam a paisagem. Associadas a este tipo de ocupação estão também as actividades da pesca nas barragens que integram esta sub-região, pelo que se deverá ter também em atenção normas de intervenção que suportem estes tipos de actividades.

Outra das funções para a qual se encontra direccionada esta sub-região é a de recreio e estética da paisagem pelo que as normas de intervenção deverão também incidir nos espaços florestais com função de recreio, enquadramento de actividades de recreio e contemplação, bem como o enquadramento de equipamentos turísticos.

As normas de intervenção nos espaços florestais dos Montados do Alentejo central dizem respeito aos:

- Espaços florestais de suporte e à pastorícia;
- Espaços florestais de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas;
- Espaços florestais de suporte à pesca em águas interiores;
- Espaços florestais com função de produção de cortiça;
- Espaços florestais com função de produção de frutos e sementes;
- Espaços florestais com função de protecção contra a erosão hídrica;
- Espaços florestais com função de protecção da rede hidrográfica.

Na Sub-região Charneca do Tejo e Sado

Apesar de, numa primeira observação, esta ser uma área homogénea de planície arenosa, coberta por montado de sobre e pinheiros manso e bravo, formando povoamentos puros e mistos, e também povoamentos puros de eucaliptos, uma análise mais pormenorizada identifica a alternância de zonas levemente onduladas, entrecortadas por vales mais ou menos largos. Enquanto nos interflúvios domina o montado, nos vales são frequentes os sistemas agrícolas de regadio. Este padrão em que se sucedem interflúvios e vales, com ocupações diferentes, repete-se a diferentes escalas, consoante a importância dos cursos de água e vales correspondentes.

Os principais pontos fortes desta sub-região homogénea são:

- Elevado potencial produtivo lenhoso – Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, Eucalipto e folhosas produtoras de madeiras de qualidade como Freixo e Nogueira, nos vales férteis abandonados
- Bom potencial para a produção de cortiça.
- Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – mel, espargos, cogumelos silvestres e ervas aromáticas.
- Potencial para o desenvolvimento da actividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça em especial os columbídeos cinegéticos, notando-se a existência de

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVância PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

vastas áreas já concessionadas (ZCA e ZCT).

- Região com interesse paisagístico - paisagem com valor estético centrado no mosaico onde alternam manchas agrícolas e florestais de montado ou pinhais e com impacto na paisagem.
- Existência de áreas significativas com valor para a conservação – Sítios de importância comunitária PTCON0033 Cabrela, com elevado valor para a conservação de habitats e espécies de fauna e flora protegidas.
- Suporte de habitat para um número considerável de habitats, espécies protegidas da fauna e da flora (Matos e prados de dunas continentais, cursos de água mediterrânicos, florestas mistas de carvalhos, ulmeiros e freixos das margens e florestas de galeria, montados e carvalhais).

Os objectivos específicos para esta sub-região são:

a) Aumentar a área arborizada de acordo com o potencial produtivo da região

- Apoiar a arborização de incultos e áreas agrícolas marginais;
- Apoiar a rearborização de áreas queimadas ou degradadas.

b) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, o pinhão, os cogumelos e as ervas aromáticas, medicinais e condimentares

- Inventariar locais com interesse para a produção de produtos não-lenhosos e desenvolver estudos sobre os modelos silvícolas que optimizem a sua produção;
- Adequar os modelos de silvicultura multifuncionais de utilização dos espaços florestais que integrem a produção de produtos não lenhosos, optimizando a rentabilidade florestal;
- Regular a produção, colheita e a comercialização dos produtos florestais não-lenhosos que ainda não se encontrem regulados.

c) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a propagação do fogo

- Promover a instalação e manutenção de áreas agrícolas e pastagens no interior da floresta que sirvam de zonas de descontinuidade à propagação do fogo;
- Apoiar a instalação e manutenção de corredores e zonas de ausência ou redução de vegetação no âmbito de uma planificação contra os incêndios a nível regional.

d) Direcção das produções de cortiça no sentido de uma maior valorização dos produtos finais

- Apoiar a condução de povoamentos que conduzam a uma maior valorização dos produtos finais, nomeadamente a nível de operações de descortiçamento, podas e manutenção da sanidade vegetal.

e) Desenvolver a actividade silvopastoril

- Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;
- Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris;
- Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVÂNCIA PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO

f) Aumentar a actividade associada à caça

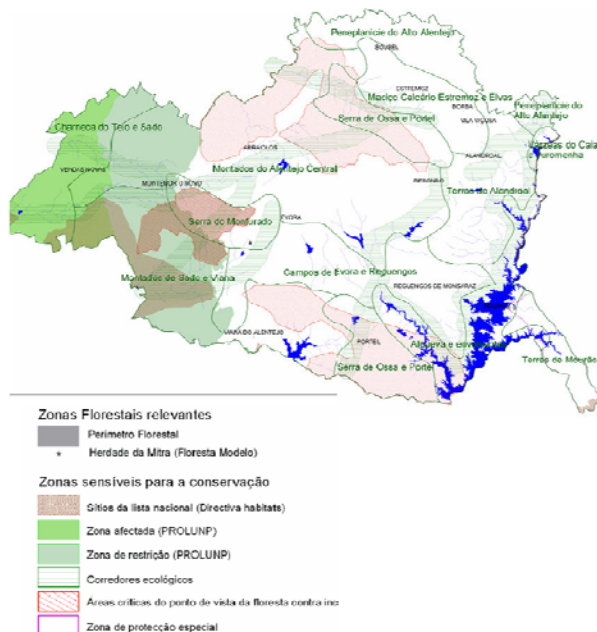
- Aumentar o conhecimento o potencial cinegético da região;
- Aumentar o número de áreas com gestão efectiva e a rentabilidade da actividade cinegética;
- Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

g) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificado

- Adequar a gestão dos espaços florestais aos objectivos de conservação, designadamente através da realização de estudos;
- Criar mecanismos de compensação por perdas de rendimento associadas às condicionantes de conservação;
- Sensibilizar os produtores florestais para a importância da manutenção de *habitat específico*.

As normas de intervenção nos espaços florestais Charnecas do Tejo dizem respeito aos:

- Espaços florestais com função de produção de cortiça
- Espaços florestais com produção de frutos e sementes
- Espaços florestais com função de produção de madeira; espaços florestais de suporte à caça e conservação das espécies cinegética
- Espaços florestais de suporte e à pastorícia
- Espaços florestais com função de conservação de habitats classificados.



Integração do concelho de Montemor-o-Novo nas Sub-regiões Homogêneas delimitadas pelo PROF do Alentejo Central (Fonte: DGRF, 2006)

FICHA N.º 20 - Corredor Azul - Rede Urbana para a Inovação e Competitividade

Entidade que o elaborou: Promotores do Projecto : Município de Évora (Líder) e os municípios de Elvas, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Sines, Santiago do Cacém, Borba, Arraiolos e Vila Viçosa

Data : 2008

Coordenador/Autor do Documento: : ADRAL com assessoria de Augusto Mateus & Associados

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A Rede Corredor Azul é composta pelos Municípios de Évora (Líder), Elvas, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Sines, Santiago do Cacém, Borba, Arraiolos e Vila Viçosa e pelos parceiros privados: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Universidade de Évora, Escola Superior Agrária de Elvas, ADRAL, Cevalor Fundação Alentejo, Sociedade do Parque Industrial de Montemor-o-Novo e Administração do Porto de Sines.

A Rede Corredor Azul resulta de uma candidatura ao instrumento de política "Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação" que visa ultrapassar as fragilidades das cidades portuguesas através de estratégias de cooperação inter-urbana e da constituição de redes urbanas com dimensão e massa crítica suficientes para desenvolver novas funções e atrair actividades inovadoras.

Com esta Rede, assente na competitividade e inovação, pretende-se identificar aspectos chave e pontos comuns nos dez municípios aderentes que conduzam ao "caminho da inovação" e estabelecer correlações entre os mesmos tendo em conta os sectores de actividade e a dimensão de cada cidade e aglomerado.

OBJECTIVOS

O projecto tem como objectivo global a criação de uma rede urbana para a promoção da competitividade e inovação, envolvendo um conjunto diversificado de cidades e aglomerados

urbanos e apostando claramente em três Eixos Prioritários de Intervenção: Tecnologia e Logística; Produtos Tradicionais Turismo, Cultura e Património.

VISÃO ESTRATÉGICA

A criação de uma rede de cidades encontra fundamento nas estratégias que têm vindo a ser delineadas para o País e para a Região quer em termos da Política de Ordenamento do Território, quer de estratégia de desenvolvimento e promoção da competitividade e da capacidade de diferenciação e inovação das Regiões.

A estratégia delineada gira em torno de alguns factores de diferenciação destinados à promoção da competitividade e da inovação destes territórios tendo como pano de fundo a globalização da economia.

O projecto está estruturado em torno dos seguintes eixos:

Eixo 1 – Consolidar, dinamizar e diversificar a base económica e o tecido empresarial dos territórios integrantes;

Eixo 2 – Construir e afirmar a atractividade urbana das cidades e territórios, assegurando o desenvolvimento do ordenamento e qualificação urbana;

Eixo 3 – Construir e desenvolver territórios e cidades sustentáveis e criativas desenvolvendo uma rede de equipamentos culturais, desportivos, sociais e qualificação os recursos humanos;

Eixo 4 – Reforçar a capacidade institucional dos municípios e dos territórios, pondo em prática o desenvolvimento e aprofundamento da utilização das novas Tecnologias de Informação, aos mais variados níveis (territorial, económico, social e cultural), aprofundando as parcerias público-privado; público-público e territorial.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Montemor-o-Novo configura em conjunto com Évora, Estremoz e Elvas, o Corredor Central, considerado por este Plano como uma componente determinante da organização territorial da economia regional.

Factores de Destaque:

- Centro cultural de reconhecimento nacional e internacional;
- Posição geoestratégica no “corredor central”;
- Cidade urbana de referência no Alentejo;
- Dinamismo empresarial;
- Património e turismo rural de qualidade;
- Integrada na rede turística de “Castelos”;

FICHA N.º 21 – Programa Eleitoral do Partido Mais Votado

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2009

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O programa eleitoral do partido mais votado, a CDU, divide-se nos seguintes eixos:

- i. Mais Emprego – Melhor Montemor
- ii. Mais Inovação – Melhor Montemor
- iii. Mais Solidariedade – Melhor Montemor
- iv. Mais Juventude – Melhor Montemor
- v. Mais Cultura – Melhor Montemor
- vi. Mais Educação – Melhor Montemor
- vii. Mais Desporto – Melhor Montemor
- viii. Melhor Ambiente – Melhor Montemor
- ix. Mais Urbanismo – Melhor Montemor
- x. Mais Participação – Melhor Montemor



OBJECTIVOS

- Apostar na criatividade, inovação e capacidade de empreendimento e associativismo;
- Afirmar a juventude como elemento preponderante e com um papel importante no desenvolvimento global de Montemor;
- Democratização da cultura enquanto factor de desenvolvimento local;
- Qualificar o sistema público de ensino, no sentido da cidadania e do acesso a todos;
- Generalizar a prática desportiva;
- Assegurar um ordenamento do território e urbanismo e promover habitação de qualidade para todos e a valorização do património construído;

VISÃO ESTRATÉGICA

Montemor Primeiro – Soluções para uma vida melhor

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO**MAIS EMPREGO - MELHOR MONTEMOR****Fomentar a economia local para a sustentabilidade**

- Incentivar a agricultura família sustentada;
- Incentivar as hortas comunitárias ecológicas e promoção do escoamento dos produtos locais (cabaz do hortelão) e artesanato;
- Parcerias para o programa empresarial de eficiência energética;

Valorizar o trabalho e o emprego com direitos**Captar o investimento de empresas**

- Promoção do concelho como destino de investimento;
- Qualificar e expandir a zona Industrial da Adua e outras zonas empresariais na cidade e freguesias;
- Construir o centro de apoio a pequenas empresas;
- Novo sistema de incentivos ao emprego.

Apoiar a dinamização da economia concelhia

- Apoio à base económica instalada com fundos de apoio às empresas;
- Defender um maior aproveitamento agrícola da terra;
- Criar um fórum de reflexão e dinamização da economia local;
- Promover o turismo sustentável;
- Remodelar e revitalizar o mercado municipal.

MAIS INOVAÇÃO – MELHOR MONTEMOR**Continuar a implementar a carta estratégica**

- Envolver os cidadãos, empresas e instituições para a concretização dos projectos de desenvolvimento para o concelho;

Programa de incentivo e apoio à inovação

- Criar concurso anual de ideias inovadoras;
- Apoiar a concretização de projectos inovadores;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO**Incentivar a formação e o uso de novas tecnologias**

- Prosseguir o Montemor Digital;
- Concluir a rede comunitária de banda larga.

MAIS SOLIDARIEDADE – MELHOR MONTEMOR

- Apoiar as justas reivindicações populares, denunciar e combater os problemas sociais;
- Montemor mais solidário – Programa integrado de apoio social;
- Reforço da rede social como plataforma de acção conjunta nas respostas sociais;
- Apoiar projectos dirigidos a cidadãos portadores de deficiência;
- Estimular o voluntariado nas áreas sociais.

MAIS JUVENTUDE – MELHOR MONTEMOR

- Criar incentivos à iniciativa e empreendedorismo dos jovens;
- Alargar incentivos à fixação de jovens;
- Alargar programa de voluntariado jovem e de estágios profissionais;
- Propor parcerias para espaços multimédia nas rurais.

MAIS CULTURA - MELHOR MONTEMOR**Promover a cultura – factor da identidade e coesão social**

- Montemor – cidade e concelho da cultura;
- Promover a diversidade cultural, a cultura popular, a arte, a formação, novas expressões culturais;
- Comemorar os 50 anos da gruta do Escoural;
- Continuidade das acções culturais municipais.

Qualificar instalações e apoiar projectos estruturantes

- Recuperação do convento da saudação para instalar o centro nacional de artes transdisciplinares;
- Remodelar o teatro curvo Semedo.

Manter a aposta na criação, na formação e no apoio às associações

- Trabalho cultural em rede;
- Criar o conselho municipal para o desenvolvimento local;
- Reformular os ciclos de programação e descentralização cultural;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Continuar a apoiar as associações locais.

Escola pública para a cidadania e o desenvolvimento

- Valorizar os professores, técnicos e auxiliares de educação, fomentar a participação dos pais na vida da escola;
- Reforçar o apoio à família.

Qualificar o parque escolar

- Construir o Centro Escolar de Montemor;
- Construir o novo Jardim de Infância em Foros de Vale Figueira;
- Continuar a requalificação do parque escolar.

Reforçar a animação socio-cultural e a ligação da escola ao meio

- Construir uma nova oficina da criança;
- Apoiar os ATIs e espaços lúdicos;
- Dinamizar o Conselho municipal de Educação.

MAIS DESPORTO – MELHOR MONTEMOR

- Promover a prática desportiva e generalizar a actividade física.

Qualificar e rentabilizar as instalações desportivas

- 2ª Fase do Parque Desportivo (pista de atletismo, zona de saltos e lançamentos, campo de hipismo).

Melhorar a rede de equipamentos desportivos nas freguesias

- Continuar a programação regular do uso dos equipamentos desportivos;
- Manter a aposta na formação e no apoio aos clubes e associações.

MELHOR AMBIENTE – MAIS MONTEMOR

- Programa montemor, concelho carbono zero – contributo para um ambiente saudável e luta contra as alterações climáticas;
- Programa para a eficiência energética e energias limpas;
- Prosseguir com os programas projectos : PIGS, GAPS e REAGIR.

ÁGUA PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS

- Novo sistema de abastecimento dos Minutos e novas ETARs na cidade e Escoural, bem como o abastecimento de água e saneamento do concelho efectuado através da Parceria Pública no Alentejo;
- Renovar o Sistema Municipal Público de Água e Saneamento;
- Inovar com o programa e uso racional da água.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO**MONTEMOR MAIS LIMPO E BONITO**

- Ampliar a rede de recolha selectiva;
- Lançar campanha com a participação dos cidadãos para limpeza e embelezamento do concelho.

MAIS URBANISMO – MELHOR MONTEMOR

- Planear para desenvolver;
- Apoiar a recuperação, construção e arrendamento de habitação;
- Qualificar a cidade, vilas e aldeias;
- Beneficiar a rede viária e facilitar a mobilidade;
- Preservar e valorizar o património.

MAIS SEGURANÇA – MELHOR MONTEMOR

- Melhor protecção civil;
- Mais segurança.

MAIS ASSOCIATIVISMO – MELHOR MONTEMOR

- Apoiar o associativismo.

MAIS PARTICIPAÇÃO – MELHOR MONTEMOR

- Estimular a participação política e cívica dos cidadãos e instituições;
- Intervir pela solidariedade, a justiça social e a paz;
- Promover uma gestão democrática, aberta e participada;
- Defender e aprofundar o poder local democrático.

REINVINDICAR AO GOVERNO PARA MONTEMOR

- Saúde pública acessível a todos (reabrir os postos médicos de S. Geraldo, Cortiço, Baldios e S. Brissos);
- Apoio aos idosos e cidadãos com necessidades especiais;
- Preservar o património, apoiar a cultura – recuperar o castelo e o convento da Saudação;
- Valorizar a Gruta do Escoural;
- Mais segurança melhor protecção civil.

FICHA N.º 22 – Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A reflexão estratégica para o desenvolvimento depara-se cada vez mais com factores de indeterminação que resultam do ritmo de adaptação estrutural das sociedades, das dinâmicas de (re)posicionamento dos interesses e expectativas dos principais grupos sociais e económicos, bem como dos novos enquadramentos e dinâmicas de inserção territorial, fruto dos processos de deslocalização das actividades e das pessoas.

A Carta Estratégica de Montemor-o-Novo é um documento orientador da linha de intervenção a seguir no caminho da sustentabilidade do concelho.

Este documento atribui relevância estratégica ao desenvolvimento urbano e à construção de uma identidade com renovados factores de atracção que preencham as necessidades de qualidade e condições de vida dos residentes, dos que trabalham na Cidade e aglomerados rurais do Concelho e que seduzam novos residentes e visitantes.

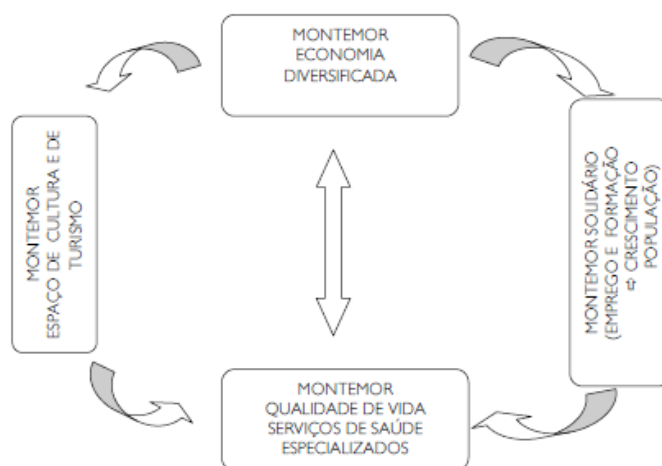
A Carta Estratégica de Montemor-o-Novo assenta numa visão integrada, sustentável e solidária e enquadra um conjunto de recursos e potencialidades e de oportunidades e interpreta as tendências de evolução nos diversos contextos de integração espacial do Concelho, nomeadamente: Transformação acentuada do quadro de acessibilidades e da rede logística do Concelho, com implicações nas vantagens locativas face à Área Metropolitana de Lisboa e à Europa.



OBJECTIVOS

Linhas orientadoras da estratégia de desenvolvimento de Montemor-o-Novo

- Renovação das actividades tradicionais/dinamização e ampliação das cadeias de valor associadas aos recursos naturais e endógenos;
- Potenciação de actividades económicas emergentes de maior valor acrescentado e/ou maior intensidade tecnológica;
- Exploração da posição logística, na intermediação entre Portugal/Espanha, através da consolidação de investimentos realizados e implementação de novas infra-estruturas de transportes;
- Implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável da actividade turística ancorado em recursos naturais, paisagísticos e culturais - identitários e característicos da Região;
- Reforço do papel das cidades como motor económico da região, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável e reforçando a sua competitividade e atractividade;
- Obtenção de uma elevada eficiência na gestão dos recursos naturais, satisfação das necessidades, minimização dos efeitos da seca, da desertificação, etc.
- Promoção da eficiência da governação nos seus vários níveis, visando à redução dos custos públicos de contexto.



Fonte: Carta Estratégica de Montemor-o-Novo

A arquitectura dos objectivos estratégicos afirma a polaridade das questões da actividade económica diversificada e de criação de emprego e crescimento demográfico como eixos matriciais da estratégia de desenvolvimento para o Concelho. Paralelamente, são também factores estruturantes a cultura, o património, a atractividade de residentes e visitantes.

VISÃO ESTRATÉGICA

Os desafios para Montemor-o-Novo para (2007-2017) apresentam-se como desafios muito exigentes e complexos. Trata-se de dinamizar, em simultâneo, actuações de política pública municipal e parcerias que contribuam para alcançar:

- Uma economia diversificada
- Uma Cidade e um Concelho com qualidade vida, dinamismo cultural, turismo e lazer atractivos um meio ambiente sustentável e serviços de saúde de qualidade; uma envolvente de formação e emprego que estimule a fixação e o crescimento da população.

Os programas de actuação da Carta Estratégica de Montemor-o-Novo são os seguintes:

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO 1 - ECONOMIA RENOVADA E EMPREGO

Medida 1 - Produção de Bens Agro-Alimentares de Qualidade

Medida 2 - Expansão da Capacidade Industrial e Logística

Medida 3 - Modernização e Especialização do Comércio e de Serviços

Medida 4 - Turismo: Montemor-o-Novo destino turístico

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO 2 - URBANISMO E QUALIDADE DE VIDA

Medida 1. Reabilitação e Requalificação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo

Medida 2. Programa de Habitação

Medida 3. Acessibilidades e Mobilidade Urbana

Medida 4. Ordenamento do Território

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO 3 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Medida 1. Qualificação e Protecção de Recursos Naturais

Medida 2. Reforço de Cobertura das Infra-Estruturas

Medida 3. Desenvolvimento em Espaço Rural

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO 4. CULTURA E PATRIMÓNIO

Medida 1. Requalificação e Valorização do Património

Medida 2. Reforço da Rede de Equipamentos e Apoio ao Associativismo

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO 5. EDUCAÇÃO E DESPORTO, SAÚDE E INTERVENÇÃO SOCIAL

Medida 1. Promoção da Qualidade Educativa e Formativa

Medida 2. Reforço e Qualificação da Rede de Equipamentos e de Actividade Física e Desportiva

Medida 3. Reforço e Consolidação da Rede de Saúde e de Acção Social

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Montemor-o-Novo é favorecido:

- Pela proximidade às Plataformas Logísticas Nacionais (Urbanas, Portuárias e Aeroportuárias) e ao TGV Lisboa-Madrid (mercadorias-passageiros);
- Pela eventual construção da via-férrea Sines | Casa Branca | Évora (granéis e contentores), cujo troço Casa Branca-Évora se encontra em fase de modernização;
- Pela existência de equipamentos e infra-estruturas, existentes ou a criar, como o novo Parque Empresarial e Tecnológico e a execução da 2ª fase da actual Zona Industrial da ADUA.

As **produções agro-alimentares** específicas, com tradição e genuinidade (carnes, vinhos, azeite, entre outros), organizadas sob o conceito de fileira, criadas ou segundo o modo de produção biológico, mas certificadas e com incorporação crescente de conhecimento, design e marketing, em adequação à procura dos consumidores finais, apresentam uma notável margem de progressão, em termos de procura de mercado. Trata-se de produções que contam, em Montemor-o-Novo, com tradição produtiva, investimentos de modernização recentes e em perspectiva, para além de formas de cooperação inter-empresas e de associativismo de produtores. A possibilidade de criação de duas novas fileiras produtivas poderá beneficiar das prioridades dirigidas às fileiras estratégicas contempladas no Programa de Desenvolvimento Rural. Estão neste caso:

- As culturas horto-frutícolas, contando com uma gestão que potencie o aproveitamento de regadio instalado e a instalar;
- A fileira do montado e da cortiça, potenciada pelos apoios comunitários, pela tendência de deslocalização das unidades de transformação de Norte para Sul, e pela apetência crescente pelas carnes frescas e produtos de charcutaria de Porco de Raça Alentejana.

O **ambiente e os recursos naturais**, com expressão bastante rica no Concelho, constituem um recurso estratégico para o desenvolvimento tanto no plano das condições de vida e da actividade produtiva, como no plano da consolidação do complexo de actividades do turismo e do lazer. As novas perspectivas de fruição pública/turística de áreas classificadas, no quadro dos apoios à conservação da natureza e promoção da biodiversidade, encontra aqui expressão assinalável e pressupõe investimentos e infra-estruturas de pequeno e médio porte destinadas a apoiar aquela fruição do património natural e a proporcionar amenidades adicionais aos visitantes e aos residentes.

Os **recursos culturais, o património arqueológico e arquitectónico**, representam uma importante mais-valia do Concelho, abrangendo a rede de equipamentos, os agentes em actividade, bem como os eventos organizados com influência local, regional e nacional. A existência de parcerias na utilização de recursos e na organização de eventos, reforça o posicionamento dos bens culturais como um activo do território com peso próprio na estratégia de

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

desenvolvimento do Concelho.

As questões do **desenvolvimento urbano** tenderão a ganhar expressão redobrada no âmbito da política de cidades contemplando, nomeadamente, operações de reabilitação urbana e iniciativas de cooperação intermunicipal. A perspectiva de intervenção vai no sentido de reforçar a atractividade dos centros urbanos e também a sua competitividade económica que, no caso de Montemor-o-Novo, poderá revestir:

- A melhoria das condições de vida dos residentes (incluindo os que actualmente vivem nas áreas rurais e carecem de melhorar a sua qualidade de vida e acessibilidade à saúde e a apoio social de proximidade);
- A atracção de novos habitantes para a Cidade, redinamizando a oferta de habitação, as amenidades e as formas de ocupação económica no centro histórico.

O **turismo e o lazer**, através de uma estratégia de sustentabilidade que promova Montemor-o-Novo como destino turístico. O aproveitamento potencial pressupõe a construção de um produto turístico compósito que integre de forma interactiva: o ambiente e os recursos naturais (Tema: Natureza, Aventura e Parques Temáticos), os recursos culturais e o património arquitectónico (Tema: O Castelo e o Circuito dos Conventos), o património arqueológico (Tema: Projecto Cultural do Paleolítico e do Neolítico - A Grande Aventura Humana) e a prestação de serviços de saúde especializados (Turismo de Saúde e Sénior).

As questões do **acesso ao emprego e ao rendimento**, do envelhecimento demográfico, da protecção social e dos cuidados de saúde assumem especial relevância no Concelho tanto na Cidade, como nas freguesias rurais, e sugerem a necessidade de enquadrar uma perspectiva de equidade social e territorial na estratégia de desenvolvimento para Montemor-o-Novo, com concretização em propostas de actuação.

FICHA N.º 23– Plano Director Municipal de Montemor-o-Novo

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data :1994

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Plano Director Municipal (PDM) de Montemor -Novo está desactualizado, datando de 1994. Prevê-se que seja revisto no presente ano.

Assim, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo aprovou, em 27 de Junho de 2003, uma alteração ao respectivo Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/94, de 19 de Fevereiro.

A alteração consiste essencialmente na modificação dos índices urbanísticos dos espaços urbanos a complementar e dos espaços urbanizáveis, na alteração dos perímetros urbanos de alguns aglomerados, como os de Lavre, Cabrela, Santiago do Escoural, Foros de Vale Figueira, Ciborro, Cortiçadas de Lavre, São Geraldo, Casa Branca, Santa Sofia, Ferro da Agulha, São Brissos e Montemor-o-Novo, e na localização de novas estações de tratamento de águas residuais.

O PDM é constituído por:

- Regulamento
- Planta de ordenamento – que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas;
- Planta de condicionantes – identifica servidões e restrições de utilidade pública



Planta de ordenamento



Planta de condicionantes

Fonte: CMMN

OBJECTIVOS

Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através de uma utilização racional, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações; Promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.

VISÃO ESTRATÉGICA

Este documento visa promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

O Plano Director Municipal é um instrumento de gestão territorial que vincula as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares e que no conjunto dos diversos instrumentos de gestão territorial, e em articulação com os mesmos, contribui para dar corpo ao sistema de gestão territorial, no qual assenta a política de Ordenamento do Território. Neste sentido, é um importante instrumento para o qual a A21L pode, por um lado, contribuir e, por outro lado, recolher informação relevante sobre o concelho.

FICHA N.º 24 - Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A Revisão do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros nº54/2005, publicada no Diário da República nº46 de 7 de Março. Este instrumento de gestão territorial foi rectificado através do aviso nº 10943/2008 publicado no Diário da República, 2ª Série, em 8 de Abril de 2008.

O zonamento geral delimita e caracteriza as áreas adjacentes e interiores ao perímetro urbano do seguinte modo:

- **Área periurbana**, compreendida entre o limite da área de intervenção do plano e o perímetro urbano. Constitui em grande parte um espaço rural do tipo agro-florestal, onde se prevêem regras que visam preservar o seu equilíbrio biofísico e a relação equilibrada com a área urbana. Inserem-se nesta área equipamentos que pela sua natureza justificam uma localização exterior ao perímetro urbano, um espaço do tipo para urbano parcialmente ocupado com construção com usos diferenciados e espaços-canais para instalação de infra-estruturas viárias.
- **Área urbana** definida pelo seu perímetro, constituída pelo conjunto dos espaços urbano e urbanizável e classificada.

Relativamente às determinações deste Plano, o zonamento das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) são classificadas do seguinte modo:

- a) Zona monumental histórica (UOPG 1);
- b) Zona urbana a conservar (UOPG 2);
- c) Zonas urbanas consolidadas (UOPG 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9);

- d) Zonas urbanas a completar (UOPG 10, 11 e 12);
- e) Zonas urbanas de expansão (UOPG 13, 14, 15, 16 e 17).



Planta de Zonamento: Fonte – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

OBJECTIVOS

Tem como objectivo definir a organização espacial de uma determinada parte do território municipal, que exija uma intervenção integrada de planeamento nomeadamente a definição da rede viária estruturante, localização de equipamentos de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, o sistema urbano de circulação e transportes, o estacionamento, etc.

VISÃO ESTRATÉGICA

Contribuir para a fixação de população, bens e serviços e dar resposta aos desígnios da Carta Estratégica 2007 – 2017.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Zona monumental histórica —UOPG 1

No âmbito da elaboração do plano de pormenor de conservação, reconstrução e reabilitação urbana do centro histórico, será elaborada uma carta do património arqueológico, de modo a ser possível definir os limites dos solos arqueológicos urbanos de diferente importância e determinar as eventuais condicionantes de âmbito arqueológico que deverão figurar em qualquer licenciamento de obras a realizar nesta zona monumental.

O município promoverá a adopção de providências tendentes a valorizar a área envolvente ao Castelo, nos termos do artigo 44.o da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, nomeadamente o seu

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

tratamento paisagístico visando a preservação e dinamização da sua relação com o Castelo e com o rio Almansor, a beneficiação e o enquadramento da rede viária.

Zona urbana a conservar — UOPG 2

Esta zona constitui conjuntamente com a zona monumental histórica (UOPG 1) a área do centro histórico. É uma área de interesse histórico, arqueológico, artístico e ambiental que deverá ser objecto de regulamento específico no âmbito do plano de pormenor de conservação, reconstrução e reabilitação urbana do centro histórico e que integrará a carta do património arqueológico referida anteriormente.

FICHA N.º 25 – Plano de Intervenção em Espaço Rural para o Sítio Monfurado

Entidade que o elaborou: Biodesign

Data : 2009

Coordenador/Autor do Documento: Biodesign

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O Plano de Intervenção em Espaço Rural para o Sítio Monfurado (PIERSM) foi elaborado no âmbito do Projecto GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (LIFE03NAT/P/000018), tendo surgido numa iniciativa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo em conjunto com a Câmara Municipal de Évora.

Os elementos que constituem o PIERSM, que são os documentos de referência para o ordenamento do SIC Monfurado, são:

- Regulamento, que traduz os condicionalismos à ocupação do território, definindo as regras aplicáveis a cada categoria de espaço identificada na Planta de Implantação.
- Planta de Implantação, que representa o regime de uso, ocupação e transformação da área de intervenção, através da localização espacial das categorias de espaço criadas no PIERSM, as quais traduzem as prioridades de protecção dos valores naturais presentes.
- Planta de Condicionantes, que traduz as servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis à área do Sítio.

Os elementos que acompanham o PIERSM são:

- Caracterização da Situação de Referência - inclui a síntese e a uniformização da informação disponível para a área do SIC relacionada com diferentes descritores: biofísico, ambiental,



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

socioeconómico, patrimonial, paisagístico e legal.

- Relatório – documento que justifica e fundamenta as propostas de ordenamento, tendo em conta a informação considerada na Situação de Referência.
- Programa de Gestão para os Valores Naturais – documento que compila e descreve as medidas e acções de gestão adequadas à promoção e valorização dos habitats e espécies do SIC. Constitui uma ferramenta para as entidades com competências na gestão do SIC e um guia orientador para implementação de boas práticas ambientais por parte de particulares.
- Programa de Execução e Financiamento – documento que elenca e descreve as acções a implementar pela autarquia, definidas com base nas necessidades identificadas no Programa de Gestão para os Valores Naturais e no Relatório do PIERSM, e as eventuais linhas de co-financiamento aplicáveis às acções.
- Peças desenhadas.

O “Programa de Gestão para os Valores Naturais”, as restantes Peças Desenhadas e o “Programa de Execução e Financiamento” constituem os documentos de referência para a gestão do SIC Monfurado.

OBJECTIVOS:

O principal objectivo do PIERSM é promover a manutenção e recuperação do estado de conservação favorável dos habitats e populações das espécies ameaçadas e características do Sítio de Monfurado, através do estabelecimento de regras de ocupação e da implementação de medidas e acções adequadas de planeamento e gestão do território, que permitam compatibilizar as actividades sócio-económicas com os valores naturais existentes, de forma a garantir a utilização sustentável do território.

Constituem objectivos estratégicos do PIERSM:

- Conservar/valorizar o património natural e o ambiente e promover a biodiversidade;
- Valorizar o património cultural;
- Promover actividades económicas sustentáveis apoiadas num conceito de conservação e promoção da qualidade ambiental;
- Promover a qualidade de vida das populações.

Foram ainda definidos cinco objectivos gerais para a área do Sítio:

1. Manter e potenciar a diversidade de habitats naturais e seminaturais;
2. Manter e incrementar as comunidades florísticas;
3. Manter e incrementar as comunidades faunísticas;

OBJECTIVOS:

4. Promover o uso sustentável dos recursos naturais, valorizando o património e promovendo a qualidade de vida da população;
5. Garantir mecanismos de gestão adequados.

Foram definidos para cada objectivo geral, vários objectivos específicos que pretendem responder, de forma mais precisa, às necessidades identificadas para a área do Sítio.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO:

Os factores de ameaça do Sítio de Monfurado estão ligados à intensificação das actividades agrícolas, pecuárias e florestais, assim como, à construção/ampliação de infra-estruturas rodoviárias, os represamentos e as descargas poluentes nas linhas de água. O estado fitossanitário dos sobreiros também tem constituído uma ameaça nos últimos anos.

Apresentam-se, em seguida, para cada um dos cinco objectivos gerais, as respectivas medidas propostas:

OBJECTIVO 1 - Manter e Potenciar a Diversidade de Habitats Naturais e Semi-naturais:

Medida 1.1. Manter e recuperar os charcos temporários mediterrânicos;

Medida 1.2. Melhorar o estado de conservação ou recuperar os habitats ripícolas;

Medida 1.3. Melhoramento do estado de conservação e sustentabilidade dos povoamentos com *Q. pyrenaica* e *Q. faginea*;

Medida 1.4. Conservação e recuperação do montado.

OBJECTIVO 2 - Manter e Incrementar as Comunidades Florísticas:

Medida 2.1. Conservação das populações de *Hyacinthoides vicentina* no Sítio de Monfurado;

Medida 2.2. Conservação das populações de *Halimium verticillatum* no Sítio de Monfurado.

OBJECTIVO 3 - Manter e Incrementar as Comunidades Faunísticas:

Medida 3.1. Conservação da *Euphydryas aurinia*;

Medida 3.2. Conservação de anfíbios;

Medida 3.4. Conservação da ictiofauna do Sítio de Monfurado;

Medida 3.5. Conservação de colónias de Rato Cabrera (*Microtus cabreræ*);

Medida 3.6. Manter a comunidade de Quirópteros;

Medida 3.7. Melhorar o estado de conservação ou recuperar o habitat favorável ao Lince Ibérico;

Medida 3.8. Melhorar o estado de conservação ou recuperar o habitat favorável ao Gato-Bravo (*Felis silvestris*);

Medida 3.9. Gestão do habitat para a conservação do Coelho-Bravo (*Oryctolagus cuniculus*);

Medida 3.10. Conservar as zonas de nidificação/alimentação do Bufo-Real (*Bubo bubo*);

OBJECTIVO 4 - Promover o uso sustentável dos recursos naturais, valorizando o património e promovendo a qualidade de vida:

Medida 4.1. Conservação de meios aquáticos;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVÓ PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO:

Medida 4.2. Adoptar práticas agrícolas alternativas;

Medida 4.3. Fomento de habitats para a fauna em zonas abrangidas pelo regime cinegético;

Medida 4.4. Valorização das albufeiras;

Medida 4.5. Promover a conservação do património natural e cultural;

Medida 4.6. Incentivar o turismo de natureza/espço rural e outras actividades económicas sustentáveis, promovendo a qualidade de vidas das populações.

OBJECTIVO 5 - Garantir mecanismos de gestão adequados:

Medida 5.1. Promover a inter-colaboração de todos os interessados;

Medida 5.2. – Promover e divulgar a abertura de medidas de apoio financeiro;

Medida 5.3. Promover trabalhos de monitorização e novos estudos sobre os valores naturais e culturais;

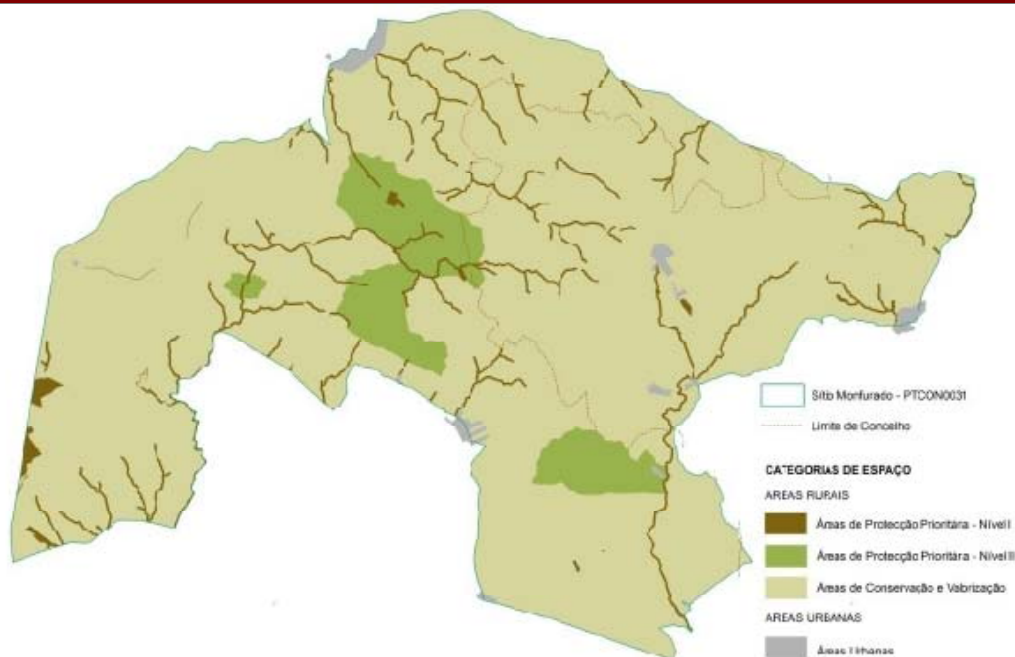
Medida 5.4. Promover acções de fiscalização na área do Sítio.

Foram consideradas 3 categorias de espaço com objectivos, actividades e restrições de uso próprios e que são os seguintes:

- Áreas de protecção prioritária – nível I: são áreas de elevado interesse e de extrema sensibilidade à intervenção humana englobando *habitats* naturais prioritários, sendo áreas *non aedificandi* e estando interdita alteração aos usos florestais e agrícolas existentes; a intensificação das actividades agrícolas; a drenagem, dragagem ou quaisquer outras actividades com alteração da morfologia e hidrologia; o uso de pesticidas e herbicidas, excepto os autorizados na produção biológica; a utilização de máquinas com impacte directo no solo; a extracção de inertes e a exploração de massas minerais a céu aberto.
- Áreas de protecção prioritária – nível II: correspondem às áreas onde se localizam abrigos de morcegos e respectivas zonas de protecção, ficando interdita a realização de novas construções num raio de 700 metros aos abrigos cavernícolas de morcegos, sendo permitidas obras de ampliação que respeitem determinados critérios; o abate de sobreiros e azinheiras em povoamentos, excepto por razões fitossanitárias ou para desbaste ou alargamento de vias públicas e instalação de infra-estruturas de abastecimento de água, recolha e tratamento de esgotos e fornecimento de electricidade e gás; a intensificação das actividades agrícolas, incluindo a instalação de sistemas de irrigação ou culturas irrigadas; a extracção de inertes; a instalação de aerogeradores e outras actividades que, no âmbito da Análise de Incidências Ambientais prevista no artigo 9º, possam deteriorar ou destruir os abrigos dos morcegos existentes.
- Áreas de conservação e valorização: são áreas que se destinam essencialmente ao exercício de actividades agrícolas e florestais segundo normas de boas práticas ambientais, com conservação de espécies e *habitats* naturais e semi-naturais, pretendendo-se promover a manutenção dos usos do solo agrícolas e florestais actuais.

Na figura seguinte apresenta-se a proposta de ordenamento para o Sítio de Monfurado.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO:



Proposta de Ordenamento para o Sítio de Monfurado. **FONTE:** PIERSM.

As áreas de protecção prioritário de nível I destinam-se à manutenção e valorização do património natural e paisagístico e protecção dos diferentes *habitats* e espécies, tendo em comum a necessidade de manter um nível relativamente baixo de intervenção.

As principais actividades a promover no Sítio de Monfurado são:

- Agricultura e pastoreio: procurando-se incentivar modos de produção sustentáveis, incluindo a produção integrada e a produção biológica em todas as culturas e produções vegetais e animais;
- Actividade Florestal: que ocupa mais de 65% da área, privilegiando-se a floresta de espécies autóctones e a exploração sustentável em regime de uso múltiplo;
- Caça: cerca de 86% da área do Sítio é área coutada, pretendendo-se a valorização dos recursos cinegéticos, compatibilizando a sua exploração com os objectivos de conservação;
- Pesca: constitui uma das actividades recreativas no Sítio de Monfurado existindo duas zonas de pesca desportiva, pretendendo-se adequar a prática da pesca e a valorização dos recursos aquícolas ao grau de vulnerabilidade e aos objectivos de conservação da natureza;
- Turismo: existem três empreendimentos turísticos – Hotel da Ameira, Herdade da Serrinha e Casa de Campo – Herdade da Gíblaceira, existindo também um património arquitectónico tradicional, que poderá ser recuperado para empreendimentos turísticos. Estes locais poderão também ter um papel importante na divulgação de produtos tradicionais;
- Edificabilidade - recuperação das construções existentes;
- Valorização do Património Cultural: o PIERSM considera como Património Cultural os Imóveis

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE MONTEMOR-O-NOVO:

Classificados e Imóveis de interesse patrimonial;

- Percursos interpretativos: existe um conjunto de infra-estruturas e respectivos materiais de apoio, com os quais se procura apoiar actividades de educação ambiental, recreio e lazer como o Núcleo de Interpretação Ambiental dos Sítios de Cabrela e Monfurado, situado na antiga Escola Primária de Baldios (concelho de Montemor-o-Novo); um conjunto de Percursos Pedestres, para apoio à visita; um conjunto de Percursos de BTT que permite a ligação entre as infra-estruturas atrás referidas e a colocação de painéis informativos e algumas áreas de merendas, embora exista necessidade de reforço;
- Programas de conservação, investigação científica e monitorização.

FICHA N.º 26- Plano de Ordenamento da Albufeira Pego do Altar

Entidade que o elaborou: INAG

Data : 2005

Coordenador/Autor do Documento: INAG

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A albufeira do Pego do Altar localiza-se na bacia hidrográfica da ribeira de Alcáçovas, estando inserida na bacia hidrográfica do rio Sado. A barragem foi inaugurada em 1948, tendo como principal objectivo a rega e também o aproveitamento hidroeléctrico. A albufeira ocupa uma área com cerca de 790 ha, uma extensão máxima de 15 km e tem uma capacidade utilizável de armazenamento de cerca de 94×108 m³ sendo gerida pela Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado.

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Pego do Altar (POAPA) incide sobre o plano de água e respectiva zona de protecção com uma largura de 500 m contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota de 52,6 m) e medida na horizontal, integrando os municípios de Viana do Alentejo, Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal, embora a maior área ocupada se situe neste último.

São elementos do POAPA as seguintes peças escritas e desenhadas:

- a) O Regulamento;
- b) A planta de síntese, elaborada à escala de 1:25 000, identificando o zonamento do solo em função dos usos e do regime de gestão definido;
- c) A planta de condicionantes, elaborada à escala de 1:25 000, assinalando as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública;
- d) O relatório dos estudos de base, respectivos anexos escritos e elementos cartográficos;
- e) O relatório de síntese, no qual se inclui a identificação das acções a empreender, bem como o respectivo plano de execução e de financiamento.

Objectivos

O ordenamento do plano de água e zona envolvente procura disciplinar, proteger, desenvolver e compatibilizar um conjunto de actividades, incluindo as de lazer, recreio e turismo, evitando a degradação do equilíbrio ambiental e salvaguardando a finalidade principal desta albufeira, que é a rega.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Estabelecimento de um zonamento que respeite a capacidade de carga do meio hídrico, quer em termos físicos quer em termos de qualidade.
- Articulação, no que respeita às albufeiras de águas públicas, dos regimes de salvaguarda, protecção e gestão, com a classificação atribuída à albufeira em causa.
- Compatibilização e articulação, na respectiva área de intervenção, das medidas constantes dos demais instrumentos de gestão territorial e dos instrumentos de planeamento de águas, designadamente o Plano Nacional da Água, os planos de gestão de bacia hidrográfica e os planos específicos de gestão de águas, bem como as medidas de protecção e valorização dos recursos hídricos, nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e na Lei da Água.
- Articulação e compatibilização, na respectiva área de intervenção, dos diversos regimes de salvaguarda e protecção que sobre a mesma incidem.

FICHA N.º 27 – Rede Social de Montemor-o-Novo (Diagnóstico Social)

Entidade que o elaborou: Rede Social de Montemor-o-Novo

Data : 2005

Coordenador/Autor do Documento: Rede Social de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☒

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Criada através da Resolução do Conselho de Ministros, 197/97 de 18 de Novembro de 1997, a rede social tem como principal objectivo a "articulação e congregação de esforços" das entidades que nela participam "com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social."

O concelho de Montemor-o-Novo aderiu a este Programa em Maio de 2003. Desde essa data que se tem vindo a sensibilizar as várias entidades para aderirem à Rede Social, elaborou-se o Regulamento Interno, constituiu-se o Conselho Local de Acção Social de Montemor-o-Novo e o Núcleo Executivo, elaborou-se o Pré-Diagnóstico, o Diagnóstico Social do Concelho, o Plano de Desenvolvimento Social 2007-2009 e o Plano Anual de Acção 2007.

O **Diagnóstico Social** é um documento que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social concelhia através da identificação das necessidades, dos problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais. O Diagnóstico Social retrata a realidade territorial por freguesias e identifica problemas concretos.

O documento é composto pelos seguintes elementos:

- Síntese geral do diagnóstico
- Metodologia



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

- Caracterização das freguesias
- Identificação das necessidades de intervenção
- Análise SWOT

OBJECTIVOS

- Permitir um conhecimento mais profundo da realidade social do concelho;
- Base de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidade na área social;
- Consolidar o CLAS (Conselho Local de Acção Social), na medida em que constituem um importante factor de mobilização do conjunto de parceiros, que participam com diferentes contributos na sua elaboração.

VISÃO ESTRATÉGICA

Estas entidades deverão concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

As questões estratégicas mais problemáticas identificadas para Montemor-o-Novo são:

- Apoio a idosos;
- Saúde;
- Infância e juventude;
- Isolamento /Transportes públicos e urbanos;
- Iniciativa empresarial/ Desemprego.

O que se propõe é que em cada comunidade se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e que em suma se planeie de forma integrada e integradora o esforço colectivo através da constituição de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, no consenso dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

FICHA N.º 28 – Plano de Desenvolvimento Social de Montemor-o-Novo (2007 – 2009)

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☒ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Segundo documentação elaborada pelo Departamento de Investigação e Conhecimento do Núcleo da Rede Social, o PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos. Traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos concelhos e freguesias onde vai ser implementado.



OBJECTIVOS

Articulação e congregação de esforços das entidades públicas e das entidades privadas sem fins lucrativos com vista à "erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social"

VISÃO ESTRATÉGICA

Promover uma intervenção onde todos devem estar activamente envolvidos para que os seus princípios façam sentido e os seus objectivos sejam alcançados.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO**Educação, formação e emprego**

- Fomentar nas várias camadas da população (empresários e comunidade em geral) o espírito de iniciativa empresarial, promovendo a dinâmica empresarial no concelho e perspectivando o fomento do emprego, especialmente nas faixas mais jovens da população do sexo feminino;
- Diminuir os baixos níveis de escolaridade.

Apoio à 3ª idade e à infância

- Manter e estimular a articulação das instituições e entidades no sentido de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Melhorar a qualidade do acompanhamento e dos serviços prestados ao nível da infância;
- Melhor acesso aos serviços do centro de saúde e melhores condições de saúde;
- Diminuir o isolamento e as distâncias entre o meio rural e urbano.

FICHA N.º 29– Mor Solidário (Programa Integrado de Apoio Social)

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2008

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” é constituído por 6 eixos distintos mas que se interligam e procuram abranger algumas das áreas sociais mais sensíveis e em que as competências municipais têm ou podem ter um papel mais interventivo. O documento está dividido em eixos estratégicos, seus objectivos e descrição das acções a desenvolver, assim como os montantes financeiros associados a cada acção.



OBJECTIVOS

Eixo 1 “Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações Humanitárias (AHs) e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPIs)”

- Alargar a capacidade instalada de apoio aos idosos e aos cidadãos portadores de deficiência;
- Apoiar a renovação de instalações e equipamentos;
- Apoiar o funcionamento das instituições;
- Fomentar a dinamização de actividades de interacção social.

Eixo 2 “Reforço da Acção Social Escolar”

- Garantir apoio a 100% dos alunos carenciados;
- Garantir cobertura superior a 100% das refeições escolares;
- Garantir cobertura superior a 100% dos transportes escolares;
- Alargar a cobertura facultativa da acção social escolar.

OBJECTIVOS**Eixo 3 “Concessão de Bolsas de Estudo de Cariz Social”**

- Criar um novo programa que abranja o apoio ao universo dos estudantes carenciados para a prossecução de estudos médios e superiores;
- Garantir a convergência dos critérios de apoio social com os critérios de mérito nas bolsas a atribuir;
- Procurar formas de o concelho e/ou o Município beneficiarem da formação apoiada pelo programa;

Eixo 4 “Inovar a Habitação Social”

- Aumentar significativamente a cobertura das necessidades de habitação social
- Incentivar o uso de habitação devoluta, a requalificação de habitação e o mercado de arrendamento
- Requalificar o parque do Município destinado a habitação social
- Garantir uma gestão integrada e homogénea do parque habitacional do Município

Eixo 5 “Melhoria das Condições de Habitabilidade”

- Apoiar os munícipes carenciados na recuperação de habitação própria degradada
- Apoiar os munícipes carenciados requalificando as condições de habitabilidade das suas habitações
- Incentivar a recuperação de habitação degradada para uso próprio

Eixo 6 “Cartão Mor Solidário”

- Apoiar os munícipes carenciados no acesso e uso de bens e serviços disponibilizados pelo Município
- Apoiar os munícipes carenciados no acesso a bens e serviços de 1ª necessidade
- Apoiar os munícipes carenciados na aquisição de bens e serviços disponibilizados pelas empresas aderentes

VISÃO ESTRATÉGICA

O Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” procura uma intervenção que contribua para elevar, de forma sustentada, as condições e a qualidade de vida no concelho.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Do conjunto de acções que fazem parte do programa Mor Solidário, enquadram-se mais no espírito da Agenda 21 Local as seguintes:

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO**Inovar a habitação social**

Gestão Integrada e Requalificação dos Fogos Sociais do Município

A gestão integrada do parque habitacional para fins sociais deve assegurar:

- Uma base de dados contendo todas as habitações / fogos para fins sociais, contendo as características de cada um e ainda que facilite a identificação do tipo de família a que pode dar melhor resposta;
- A interligação com a base de dados das famílias com necessidade de habitação social;
- Informação regular sobre o uso de cada habitação / fogo e sobre a manutenção da situação social que fundamentou a atribuição a um dado agregado familiar;
- A rápida atribuição da habitação / fogo em caso de vacatura ou a proposta para adequadas obras de manutenção ou de requalificação;
- A regularização e actualização de todas as situações existentes no parque habitacional;
- A requalificação dos fogos sociais do Município, ainda que deva estar associada à gestão integrada, exige um programa autónomo face às implicações orçamentais e de investimento.

Parcerias CMMN / Proprietários para Disponibilização de Habitação para Fins Sociais

- Parcerias voluntárias CMMN / proprietários para disponibilização de habitação para fins sociais – que congregue interesses e vontades para resolver as carências de “habitação social” no concelho e, em simultâneo, contribuir para a regeneração urbana ou tão só para o repovoamento urbano.

Bolsa municipal de habitações para fins sociais através de parcerias entre a CMMN e proprietários.

- Pretende-se ainda atingir outros objectivos como a redução dos fogos devolutos no concelho, a recuperação de habitação degradada, a dinamização do mercado de arrendamento habitacional.

Melhoria das Condições de Habitabilidade

- Consiste em alargar o apoio e incentivar a realização de obras, conducentes à reabilitação de habitações degradadas, bem como a conservação e beneficiação do património arquitectónico e urbanístico, apostando-se na reabilitação urbana e na conservação do tecido habitacional do Concelho.

Cartão Social Mor Solidário

- Permite às famílias mais carenciadas a redução de custos em alguns serviços, bem como apelar à criação de uma rede solidária de fornecedores de bens e prestadores de serviços, públicos e privados ou outros.

FICHA N.º 30 – Carta Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A Carta Educativa é entendida, a nível municipal, como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos.

A estrutura deste relatório tem por referência o documento “Modelo de Carta Educativa” constante no anexo ao protocolo assinado entre o Ministério da Educação (através da DRE-Alentejo) e a AMDE.

A informação utilizada neste relatório provém de três fontes:

- 1) os resultados do inquérito dirigido a cada um dos estabelecimentos de ensino tendo em vista a sua caracterização física e oferta formativa;
- 2) a informação estatística e documental fornecida pela Câmara Municipal;
- 3) os dados de caracterização do sistema e as projecções da população escolar fornecidos pela Direcção Regional de Educação do Alentejo.

No final do documento apresenta-se um Plano de Execução que concretiza as propostas efectuadas ao nível da reorganização e melhoria da rede de estabelecimentos.



OBJECTIVOS

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura;
- Assegurar a racionalização e complementaridade das ofertas de educação e formação com desenvolvimento qualitativo das mesmas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- Conhecer as racionalidades, preocupações e dinâmica da multiplicidade de outros agentes intervenientes no sistema educativo;
- Efectuar uma análise de forma prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

VISÃO ESTRATÉGICA

As estratégias de desenvolvimento passam pela identificação das áreas prioritárias de trabalho, dos públicos alvo, das diferentes etapas e metas a atingir, dos tempos e modos de as alcançar, o envolvimento de novos parceiros na sustentação e viabilização de um projecto educativo, a prestação de contas no que vulgarmente se chama de gestão participativa (democrática, transparente, rigorosa e ao serviço das comunidades).

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

A Carta Educativa é um documento relevante para a A21L e de grande importância para Montemor-o-Novo. A educação, formação e qualificação é uma questão chave para a competitividade territorial, potenciando o seu capital social e consequentemente a atractividade e competitividade do concelho de Montemor-o-Novo.

FICHA N.º 31 - Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios (Revisão - 2009)

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Na última década, o impacto dos incêndios florestais em Portugal agravou-se ainda mais, com áreas ardidadas por fogo cada vez maiores (só em 2003 arderam mais de 280 000 ha de floresta e 170 000 ha de matos), alastrando-se os fogos a zonas rurais outrora de baixo risco de incêndio e pondo em perigo muitas populações e habitações. As consequências dos incêndios dos últimos anos foram tão graves, que o problema adquiriu uma dimensão de segurança nacional.

Neste contexto, foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006), onde se define um conjunto articulado de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

O Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), que vêm operacionalizar e implementar a Estratégia Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios ao nível municipal, é composto por dois volumes, dos quais constam as seguintes temáticas:

Volume I – Plano de Acção

- Enquadramento do Plano no âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios;
- Análise de risco de incêndio, da vulnerabilidade ao incêndio e da zonagem do território;



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

- Eixos estratégicos de actuação;
- Estimativa de orçamento por eixo estratégico.

Volume II – Informação Base

- Caracterização física;
- Caracterização climática;
- Caracterização da população;
- Caracterização do Uso do Solo e Zonas Especiais;
- Análise do histórico e da casualidade dos incêndios florestais;
- Anexos.

Objectivos

As acções que sustentam este plano têm como objectivo satisfazer os objectivos e metas preconizadas em cada um dos 5 eixos estratégicos. Pretende-se assim, encontrar soluções para os problemas identificados.

VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios estabelece cinco eixos estratégicos de actuação na defesa da floresta contra incêndios, que devem estar presentes nos PMDFCI:

- aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- redução da incidência dos incêndios;
- melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO***Reduzir a Incidência dos Incêndios***

Dado que a maioria dos incêndios têm causas antrópicas, nomeadamente intencionais ou negligentes (DGRF, 2006), torna-se premente actuar no controlo das ignições e da sua propagação, com o intuito de mitigar os efeitos indesejáveis que estes podem causar.

Neste âmbito, é necessária uma actuação diferenciada junto das populações, nomeadamente, de grupos específicos da população rural, urbana, escolar e do público em geral, no sentido de promover medidas e comportamentos preventivos que contribuam para reduzir a ocorrência de incêndios florestais e os danos causados em pessoas e bens, sendo fundamental consciencializar a população para o reconhecimento de valores económicos, sociais e ambientais colectivos.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Para reduzir a incidência dos incêndios florestais, será fundamental actuar junto da população promovendo acções de sensibilização e fiscalização. Com essa finalidade serão implementadas diversas campanhas de sensibilização, em função dos segmentos populacionais definidos pelas motivações e causalidade local, e definidas áreas críticas e prioritárias para fiscalização.

O reconhecimento pela comunidade local e pela opinião pública do tipo e dimensão dos problemas que afectam o Concelho de Montemor-o-Novo é vital para delinear estratégias de defesa da floresta contra incêndios.

A realização de acções de sensibilização visa incutir nas populações uma cultura de responsabilização, bem com uma consciencialização da importância do valor e da preservação do património floresta.

Equipas do Voluntariado Jovem para as Florestas

As equipas de Voluntariado Jovem para as Florestas (VJF) são criadas ao abrigo do “Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas” do Instituto Português da Juventude. Em 2008, no Concelho de Montemor-o-Novo, funcionaram duas equipas de vigilância florestal, uma equipa móvel e uma equipa fixa.

Os ***objectivos contemplados neste Programa*** são os seguintes:

- Contribuir para a preservação e conservação da Floresta;
- Envolver os jovens na preservação dos valores naturais do concelho;
- Diminuir o número de ocorrências verificadas no concelho e a extensão de área ardida;
- Sensibilizar os proprietários e utentes do espaço florestal para a problemática dos incêndios e necessidade de adopção de medidas preventivas;
- Incentivar os jovens para a importância da intervenção cívica, tornando-os em agentes de mudança através da adopção de uma atitude pró-activa.

Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

Assim, a recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. A referida reabilitação do território requer o nível de actuação em emergência bem como o nível de actuação a médio prazo. Com o primeiro pretende-se evitar a degradação de recursos e infra-estruturas (consolidação de encostas, recuperação de caminhos, entre outras) e com o segundo pretende-se infra-estruturar e requalificar os espaços florestais de acordo com os princípios de defesa da floresta contra incêndios.

Assim, as acções deste eixo pretendem avaliar as necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação, para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas a curto e médio prazo, avaliar a capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio e calendarizar a elaboração de um plano municipal de recuperação de áreas ardidas.

FICHA N.º 32 - Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (GAPS)

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2003

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Sítio de Monfurado integra a Rede Natura 2000 e abrange os concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, num total de 23.946 hectares. Tendo por objectivo a conservação dos valores naturais do Sítio de Monfurado, e como resultado de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo ao Programa LIFE-Natureza, o Projecto — GAPS - Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (LIFE 03/NAT/P/000018) teve início em Outubro de 2003 e conclusão em Março de 2008.



O GAPS resultou de uma parceria entre um grupo de entidades públicas e privadas e de um conjunto de proprietários privados. O beneficiário do projecto e responsável pela sua coordenação, foi a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Como parceiros do projecto, e directamente responsáveis por um conjunto de trabalhos conjuntos ou a executar individualmente, destacaram-se igualmente a Câmara Municipal de Évora, o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Centro de Ecologia e Biologia Vegetal da Faculdade de Ciências de Lisboa, a Universidade de Évora, a ERENA – Ordenamento e Gestão dos Recursos Naturais, Lda., a ACARAC – Associação de Caçadores da Regadia e Carrascal, a LPMA – Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo, bem como um conjunto de proprietários privados, que no total representaram cerca de 2696 hectares de propriedade privada na área do Sítio.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Acções Preparatórias (Estudos e Planos de Gestão/Acção)

Flora | Carvalhais | Ictiofauna | Charcos | Morcegos | Rato Cabrera | Anfíbios | Planos de Gestão

Com vista a adquirir um maior conhecimento sobre as espécies, habitats, ameaças e/ou medidas de gestão que se consideraram relevantes para atingir os objectivos de conservação e que permitiram a realização do Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER), foram realizados um conjunto de estudos preparatórios:

- Caracterização da distribuição actual e potencial de espécies de flora do Anexo II, aqui se incluindo trabalhos com as espécies *Hyacinthoides vicentina* e *Halimium verticillatum*; a avaliação do estado de conservação dos povoamentos de carvalhos, em especial do *carvalho-negral* e *carvalho-cerquinho*; a inventariação da comunidade piscícola existente nas ribeiras e albufeiras do Sítio de Monfurado, incluindo a identificação de obstáculos à sua deslocação; a inventariação e caracterização do habitat prioritário — charcos temporários mediterrânicos;
- Inventariação e monitorização de população de morcegos cavernícolas e arborícolas, incluindo o estudo das suas relações com o meio e a prospecção de abrigos. Para além dos estudos preparatórios atrás referidos, que na sua maioria produziram informação técnica actualizada sobre o estado de conservação e distribuição das espécies e habitats prioritários, o que possibilitou a identificação das medidas de gestão necessárias à sua conservação que integram o PIER;
- Alargamento das valências do Viveiro Municipal de Montemor-o-Novo, de modo a possibilitar a propagação de espécies arbóreas e arbustivas autóctones, em quantidades necessárias às actividades de gestão que decorreram no âmbito do Projecto e que se esperam igualmente necessárias no período pós-projecto.

Trabalhos Únicos de Gestão do Biótopo

Gestão de Acessibilidades | Incêndios | Montado | Prados | Recuperação de Linhas de Água

As acções únicas de gestão foram destinadas a recuperar ou valorizar habitats alvo de ameaças com origem humana, como a intensificação do pastoreio, o uso desregrado do espaço rural, a poluição e degradação de habitats ripícolas, a que se associam o risco sazonal de incêndios florestais.

Gestão Sazonal do Biótopo

Ensaio: flora e carvalhos | Monitorização | Viveiro Municipal | Habitat para Fauna | Fiscalização

Realização de ensaios de gestão para a expansão ou reforço de populações de espécies da flora de interesse comunitário identificadas no âmbito dos trabalhos preparatórios, e incluíram o estabelecimento de um programa de monitorização das mesmas. Para além disso, foram ainda realizados ensaios de gestão e demonstração destinados a fomentar a expansão dos povoamentos de *carvalho-negral* e *carvalho-cerquinho*, bem como trabalhos de monitorização aquática com

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

recurso a um sistema de bioindicadores baseado em musgos aquáticos, de forma a avaliar em continuidade os impactes da poluição difusa nos habitats ripícolas e aquáticos do Sítio.

Sensibilização do Público e Divulgação dos Resultados

Escolas / Núcleo de Interpretação Ambiental / Materiais de Divulgação / Sessões Públicas

Com vista a disseminar os resultados e a divulgar os valores naturais do Sítio de Monfurado, o Projecto contemplou igualmente um conjunto de acções de carácter regular, direccionadas para o público em geral e para audiências específicas, incluindo a publicação de newsletters, a realização de workshops, bem como a produção e actualização de uma página de Internet (<http://www.cm-montemornovo.pt/wwwGAPS/>).

Desde 2004 e até 2008, foi desenvolvido um conjunto de acções de educação ambiental com as escolas existentes no interior do Sítio que mostraram interesse em associar-se ao projecto. Este programa, que se espera trabalhar também no período pós projecto, adopta um tema central. Com a designação de — Vamos conhecer...o Sítio de Monfurado, divide-se em quatro sub-programas, (rato de cabreira, morcegos, jacintos e carvalhos), reunidos num kit pedagógico, elaborado no âmbito do projecto.

Paralelamente, o projecto contemplou ainda a dinamização regular do Núcleo de Interpretação Ambiental dos Sítios de Cabrela e Monfurado — anteriormente instalado pela CMMN numa antiga escola primária — e Rede Local de Percursos Pedestres e BTT associados. Aqui se incluiu um conjunto de actividades diversificadas, como a iniciativa — Dias Tranquilos — que integrou passeios pedestres guiados sobre o património natural, património cultural e actividades tradicionais do Sítio, promovidos quinzenalmente desde 2003 - a abertura regular ao público do Núcleo de Interpretação, a dinamização de Campos de Trabalho e Campos de Férias, o apoio e dinamização de actividades de formação e sensibilização.

OBJECTIVOS

- Aumentar o conhecimento sobre algumas espécies e habitats protegidos presentes no Sítio e propor medidas para a sua gestão/conservação, tendo em conta as principais ameaças identificadas;
- Testar medidas de gestão que conciliem a protecção dos valores naturais com as actividades desenvolvidas no Sítio;
- Sensibilizar e promover o envolvimento das várias entidades públicas e privadas que exercem actividades na área do Sítio;
- Divulgar os resultados, com vista à eventual replicação dos mesmos, nomeadamente em Sítios de Rede Natura com características semelhantes;
- Como objectivo último do projecto, pretendeu-se o desenvolvimento de um Plano Intervenção em Espaço Rural (PIER) para o Sítio de Monfurado. Espera-se a sua

operacionalidade em período pós projecto.

VISÃO ESTRATÉGICA

Promover a conservação dos valores naturais presentes no Sítio de Monfurado, tendo sempre presente a necessidade de compatibilizar a sua protecção com as principais actividades existentes no Sítio (agricultura, pecuária, floresta, caça).

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

O Projecto permitiu sensibilizar a população local, alertando-a para as questões da conservação da natureza e para a riqueza, em termos de valores naturais, que constitui o Sítio de Monfurado. Face à duração do projecto, foi possível definir estratégias de divulgação junto dos mais velhos, mas essencialmente junto dos mais novos, através de um conjunto de acções que permitiram a realização de várias actividades, de carácter regular.

Para além do interesse ambiental, o projecto apresentou benefícios sócio-económicos, na medida em que permitiu a criação de postos de emprego associados à operação das soluções implementadas, que deverão ter continuidade após o projecto. Adicionalmente, ofereceu melhores condições para o desenvolvimento de actividades relacionadas com a agricultura e a pastorícia, ao demonstrar a sustentabilidade dos ensaios de gestão realizados.

FICHA N.º 33 - PIGS – Projecto Integrado para Gestão de Suiniculturas

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2003

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A suinicultura intensiva é o maior sector poluente no concelho de Montemor-o-Novo, representando cerca de 12 vezes a carga orgânica gerada pela população residente. É também o sector sobre o qual incide o maior número de reclamações dirigidas aos serviços da Câmara Municipal relativamente a problemas de poluição do ar, água, solo e ruído.

Em termos gerais, o projecto teve por principal objectivo o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos que, de forma integrada, permitissem compatibilizar o exercício da suinicultura com objectivos de protecção ambiental e aumento da qualidade de vida das populações. A estrutura do projecto subdivide-se num conjunto de acções:

- ***Desenvolvimento de um Regulamento Municipal para Explorações Suinícolas***

No qual se encontram definidas as regras relativas ao exercício da actividade no concelho. Este regulamento, teve como base a legislação nacional e comunitária em vigor, informação técnica diversa, bem como as Melhores Tecnologias Disponíveis que se encontram em discussão pelo Gabinete IPPC e/ou em utilização noutros países europeus.

- ***Sistema de Instrumentos Económicos Locais***

Desenvolvimento de um sistema local de incentivos de Mercado, que actua de forma coordenada com o regulamento e tem por base o conceito de direitos transaccionáveis. Este sistema, actuará complementarmente ao regulamento criando incentivos para que os agentes cujas explorações estejam actualmente localizadas em áreas conflituosas ou



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

pouco compatíveis com a sua actividade possam ser incentivados no sentido da sua re-localização para espaços compatíveis com a actividade. Tendo em conta que algumas das explorações existentes se encontram demasiado próximas de zonas urbanas e residenciais, este sistema contribui para que tais casos venham, no médio prazo, a ser incentivados à re-localização, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental dessas áreas (com especial destaque para o que diz respeito a odores e ruído).

- ***Desenvolvimento de um Sistema Local de Certificação Ambiental para a Suinicultura***

Tendo em conta que os suinicultores não têm geralmente consciência de muitos dos benefícios que poderão tirar da aplicação de esquemas de gestão ambiental às suas explorações, o projecto incide no desenvolvimento de um Sistema Local de Certificação Ambiental para a Suinicultura, com o qual se procurará distinguir as explorações e/ou produtos que resultem de um adequada gestão/produção, através do uso mais eficiente dos recursos existentes e minimização dos impactes da actividade.

- ***Desenvolvimento de um Sistema Multi-Utilizador de Gestão e Armazenamento de Informação***

- Permite a gestão e troca de informação entre as entidades envolvidas, operável através da internet, com o qual será possível melhorar a comunicação e assim contribuir para respostas mais integradas da administração relativamente ao sector.

- ***Divulgação e Disseminação de Resultados***

Demonstração, analisar, divulgar e implementar um conjunto de casos de estudo com os quais se demonstrem boas práticas ambientais no domínio da suinicultura.

OBJECTIVOS

Compatibilizar o exercício da suinicultura com objectivos de protecção ambiental e aumento da qualidade de vida das populações

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Redução das incompatibilidades existentes entre algumas explorações e outros usos, assim como a minimização dos impactes ambientais do sector, bem como respostas mais eficientes e integradas da administração local aos pedidos de licenciamento que lhe são dirigidos.

Melhoria da melhoria da qualidade da água subterrânea no concelho.

FICHA N.º 34 – REAGIR - Reciclagem de entulho no âmbito da gestão integrada de resíduos

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2007

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A falta de soluções de gestão e destino final para os Resíduos de Construção e Demolição (RCD), associada à falta de informação por parte das entidades envolvidas, bem como à ausência de legislação específica, originou o aparecimento de depósitos ilegais destes resíduos por todo o país.

A proliferação destes depósitos (normalmente associados à deposição de outros resíduos) origina problemas de saúde pública, degradação da paisagem, contaminação ambiental, bem como deterioração da imagem da indústria da construção civil.

No concelho de Montemor-o-Novo, esta situação agravou-se significativamente a partir de 2001, através do aparecimento frequente de novos depósitos, cuja limpeza ficava a cargo da autarquia, sendo cada vez mais urgente encontrar soluções para este problema.

A implementação do Projecto REAGIR decorreu em estreita relação com um outro projecto da CMMN, também financiado pelo Programa LIFE, que visa desenvolver acções de protecção da natureza e gestão do Sítio de Monfurado (o Projecto GAPS - LIFE03NAT/P/000018).

Para concretizar os objectivos do projecto foram propostas diversas Acções/Tarefas que se relacionam entre si. Nesta página poderá consultar os objectivos e principais resultados de cada uma dessas Tarefas.

Tarefa 1 - Gestão e Coordenação do Projecto

Tarefa 2 - Sistema Municipal de Recolha Selectiva da Fracção Inerte de RCD

Tarefa 3 - Proposta e Aprovação de Normas Locais para Gestão de RCD

Tarefa 4 - Unidade Piloto de Reciclagem da Fracção Inerte dos RCD

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Tarefa 5 - Casos de Estudo: Aplicação Demonstrativa de Agregados Reciclado

Tarefa 6 - Sensibilização e Divulgação dos Resultados do Projecto

OBJECTIVOS

Implementar soluções de gestão inovadoras que promovam a recolha selectiva, a reciclagem e a valorização dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD) produzidos na área do concelho.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Sistema de recolha selectiva para a fracção inerte dos RCD, com características inovadoras a nível nacional, abrangendo na totalidade do concelho, grandes e pequenos produtores.
- Processo inovador de reciclagem da fracção inerte dos Resíduos de Construção e Demolição (restos de betão, alvenaria, tijolos e telhas), promovendo a valorização futura destes resíduos.
- A divulgação dos resultados do projecto REAGIR, permitiu conhecer outros trabalhos, contribuindo para a troca de experiências ao nível da gestão dos RCD.

FICHA N.º 35 – Montemor Pedra a Pedra – Programa de Acção Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Data : 2009

Coordenador/Autor do Documento: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Programa Montemor Pedra a Pedra, que resulta visa implementar um conjunto de componentes-chave para a requalificação e regeneração da área de intervenção.

O programa é constituído pelas seguintes componentes:

CULTURA E PATRIMÓNIO – QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e recuperação /Reconversão do Convento da Saudação – Castelo
2. Iluminação de Valorização da Muralha Norte - Terreiro de S.Tiago e Palácio de Alcaldes – Castelo
3. Remodelação dos acessos e terreiros de N. Sr.^a da Saudação e S. Tiago
4. Conservação e restauro da igreja N.^a Sr.^a da Luz
5. Plano de sinalética cultural – O Manuelino e a pintura mural
6. Requalificação urbana da área do Rossio

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E AMBIENTE URBANO

1. Requalificação urbana da área do Rossio
2. Remodelação urbana da Rua da Janelinha e infra-estruturas urbanas
3. Remodelação do acesso pedonal ao Castelo pela Rua do Quebra Costas
4. Remodelação de arruamentos e infra-estruturas urbanas no Largo Banha de Andrade e envolvente
5. Remodelação do acesso ao Castelo pela Rua Condessa de Valenças
6. Plano e melhoria das condições de acessibilidade a edifícios públicos e constituição de

percursos livres de obstáculo

DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA

1. Plano de sinalética comercial
2. Promoção da imagem do Comércio Tradicional de Qualidade

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Requalificação das instalações da associação protectora do abrigo dos velhos trabalhadores
2. Reabilitação, remodelação e ampliação do quartel dos bombeiros voluntários de Montemor-o-Novo
3. Programa integrado de apoio social – Mor Solidário

PLANO DE DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

PREPARAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO



Intervenção Prevista para a Rua
do Quebra Costas (acesso ao Castelo)
Fonte: Montemor Magazine 2009



Intervenção prevista para o quartel dos Bombeiros

OBJECTIVOS

- Promover novas dinâmicas que fomentem a renovação global da área de intervenção, reforçado a atractividade do centro histórico.
- Valorizar a imagem e identidade de Montemor-o-Novo
- Requalificar o espaço urbano no Centro histórico e zonas envolventes
- Requalificação dos principais núcleos urbanos das freguesias
- Ordenar a circulação viária e o estacionamento
- Revitalizar/ qualificar o comércio tradicional
- Melhorar a acessibilidade intra-concelhia
- Rever os instrumentos de Ordenamento do Território
- Promover o crescimento da população

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE MONTEMOR-O-NOVO

- Melhoria da qualidade de vida da população residente, estruturalmente envelhecida.
- Reabilitação /beneficiação do parque habitacional mais antigo e degradado e tecido edificado em geral, como suporte do processo de rejuvenescimento e fixação de formas de ocupação de actividades comerciais e serviços de proximidade.
- Qualificação do ambiente urbano, nomeadamente pela qualificação das redes de infra-estruturas.
- Requalificação dos espaços verdes e a implementação de amenidades urbanas no acesso ao centro histórico e ao castelo.
- Preservação da cultura e do património.
- Valorização da identidade de Montemor-o-Novo.
- Promoção da oferta turística.
- Dinamização do tecido económico.
- Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de cooperação dos diversos actores urbanos.

4. ESQUEMA CONCEPTUAL ESTRATÉGICO

A Agenda 21, adoptada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por Cimeira da Terra, realizada em 1992, incentivou os Estados a adoptarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável de modo a aplicarem e desenvolverem as decisões da Conferência, corporizadas na Agenda 21 e nos designados acordos do Rio (em particular as convenções internacionais para as alterações climáticas e para a diversidade biológica).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS) deve, assim, reforçar e harmonizar as políticas nacionais económicas, as questões sociais e o ambiente rumo ao desenvolvimento sustentável.

Na Figura 1 apresenta-se o esquema conceptual estratégico apresentado no Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS) e que ilustra a relação entre a ENDS, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e os Planos e Estratégias Sectoriais.

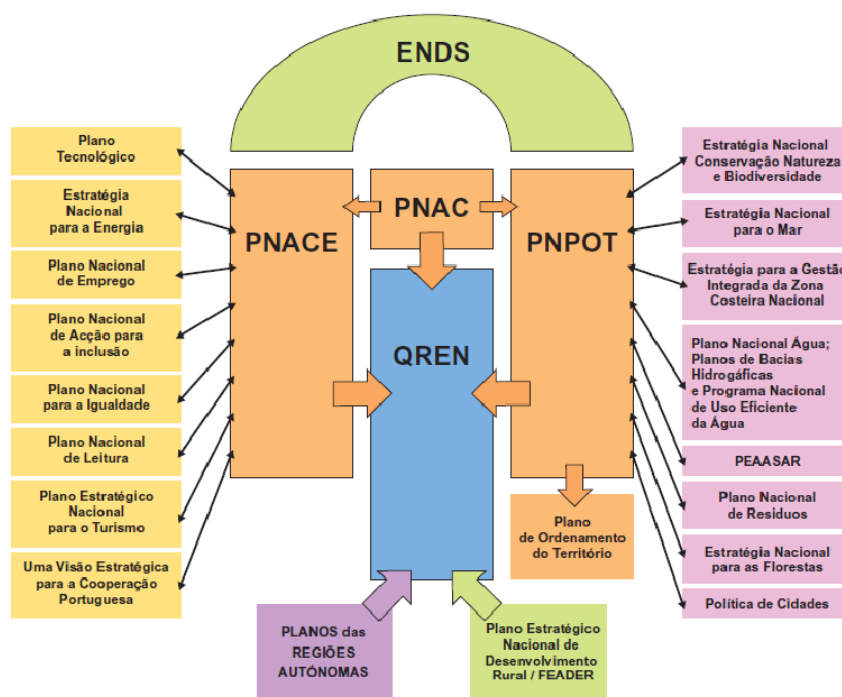


Figura 1 - Relação entre a ENDS, o QREN, o PNACE, PNAC, PNPOT e os Planos e Estratégias Sectoriais.

Fonte: PIENDS, 2015.

O QREN e os Programas Operacionais associados constituem os principais instrumentos de financiamento de actuações de carácter estratégico; o PNACE define o conjunto de acções que

enquadram as orientações da Estratégia de Lisboa; o PNPOT, complementar ao PNACE, define as grandes orientações para a organização do território e a protecção do ambiente; e o PNAC que integra as diferentes políticas e medidas sectoriais de combate às alterações climáticas. São estes os instrumentos chave para a concretização da ENDS até ao ano de 2015.

Da mesma forma, procuramos enquadrar de forma esquemática os principais instrumentos (planos, programas, estratégias) existentes a nível regional e local permitindo um olhar sobre a paisagem de propostas estratégicas e de abordagens preexistentes integrando a Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo. Na Figura 2 apresenta-se o Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica do Município de Montemor-o-Novo.



Figura 2 - Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica.